A invenção da brasilidade propõe uma abordagem inovadora na historiografia sobre os estudos imigratórios no Brasil. Utilizando as metodologias da pesquisa histórica e da etnografia antropológica, Jeffrey Lesser recorre ao passado para olhar e entender o presente e a complexidade das questões de identidade no Brasil atual.

editora unesp

ISBN 978-85-393-0812-1

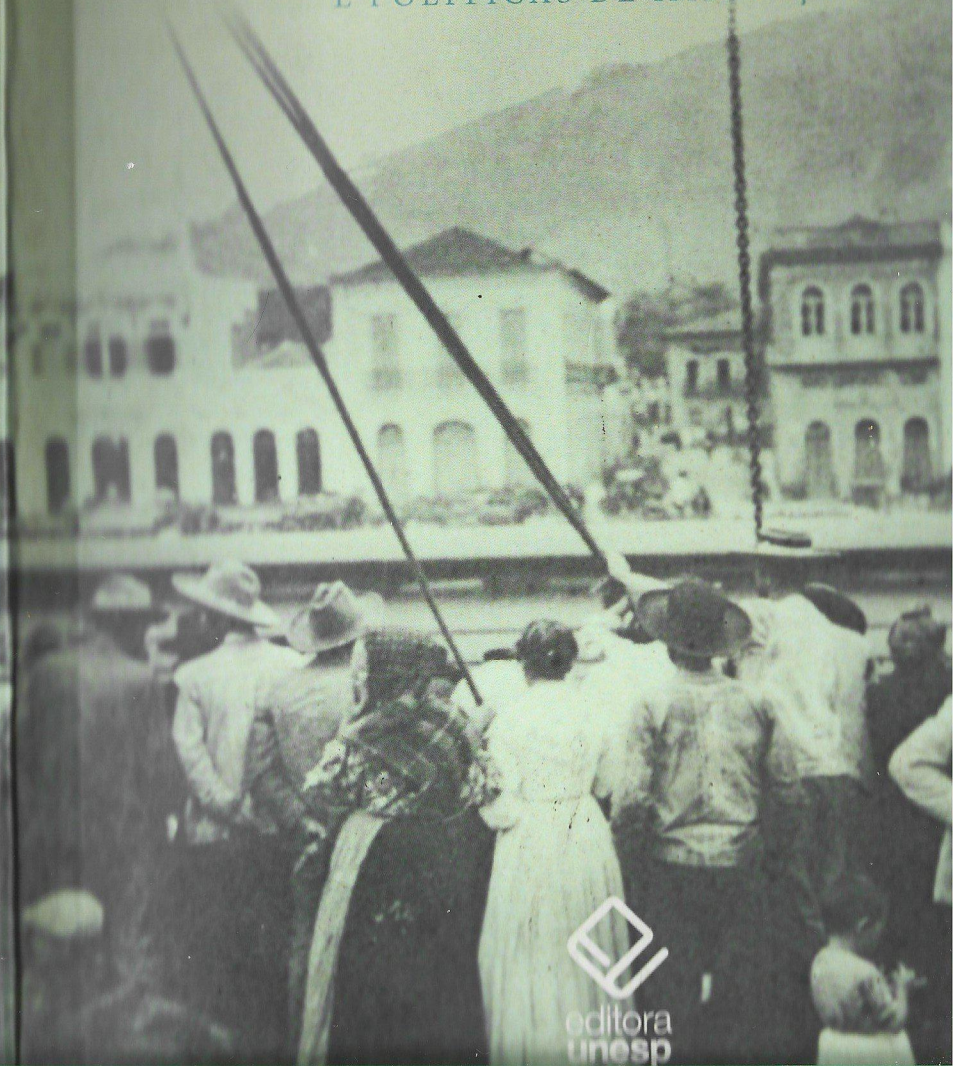
JEFFREY LESSER

A invenção da brasilidade

JEFFREY LESSER

A invenção da brasilidade

IDENTIDADE NACIONAL, ETNICIDADE E POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO



editora unesp

A invenção da brasilidade propõe uma
bordagem inovadora na historiografia
obre os estudos imigratórios no Brasil
o tratar a imigração como uma história
nica, desde o período colonial, e não como
ma sucessão de capítulos separados em
ue cada grupo imigratório apresentaria
ma história própria e específica.

Utilizando as metodologias da pesquisa
istórica e da etnografia antropológica,
ffrey Lesser recorre ao passado para olhar
entender o presente e a complexidade
s questões de identidade no Brasil atual.
om isso, oferece uma chave para o leitor
mpreender, por exemplo, por que imi-
antes chineses recém-chegados vendem
Avenida Paulista, em São Paulo, *yakisoba*
ponês (e não chinês), por que o sushi se
rnou um item quase obrigatório nos rodí-
os das grandes metrópoles do país e por
e as cantinas brasileiras "tipicamente
lianas" seriam irreconhecíveis, na Itália,
mo italianas.

Introduzindo o conceito de etnicidade e
endo sua relação com imigração e iden-
dade nacional, o autor mostra que as rela-
es étnicas no Brasil são mais intercam-
veis e menos dicotômicas do que uma
osição estática e racial entre brancos
egros e que o jogo das identidades e
s etnicidades, atribuídas pelo Estado,
la sociedade, pelas elites, pelo povo
elo próprio grupo, é mais complexo e
âmico do que uma leitura superficial
le sugerir.

ocalizando questões situacionais, Lesser
estiga também as nuances por meio
quais os grupos imigrantes eram posi-
nados e se posicionavam em diferentes
res das escalas social, econômica e cul-
l. Com isso, a pesquisa retira os grupos

A invenção da brasilidade

Sumário

Agradecimentos 9
Lista de figuras, tabelas e documentos 13
Prefácio à edição brasileira 17

1. Criando brasileiros: imigração e identidade nacional 27
2. Escravatura, independência e planos de imigração da Europa Central e da Ásia 57
3. Migrações em massa: culturas étnicas e tensões sociais 99
4. A criação das identidades euro-brasileiras 133
5. Como os árabes se tornaram judeus: estereótipos e mitos 165
6. Velhas identidades para um novo Brasil 205

Epílogo: Novos imigrantes e velhas ideias: construindo o Brasil após a Segunda Guerra Mundial 237

Posfácio historiográfico à edição brasileira 261
Referências bibliográficas 269
Índice remissivo 287

Desde meados do século XIX, o mundo da imigração, da etnicidade e da identidade nacional pode ser visto em cidades grandes e pequenas de todo o Brasil, de Porto Alegre, no Sul, até Belém, na foz do Amazonas. Pode ser visto nas colônias agrícolas de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Pode ser visto nos sertões de Goiás, da Bahia e de Minas Gerais. Nossa história começa no século XVIII, quando a Coroa portuguesa tentava militarizar as fronteiras de sua colônia brasileira e, ao mesmo tempo, buscava mão de obra para expandir sua economia. Logo em seguida, trabalhadores europeus vindos do que hoje é a Suíça, na época a Prússia, atraíram a imaginação dos membros da família real. Mesmo antes da independência do Brasil, a imigração foi de importância crucial para a construção do Estado, no momento em que este surgia como realidade nacional.

1.

Criando brasileiros: imigração e identidade nacional

Minha mãe é japonesa, meu pai é taiwanês e minha mulher, coreana – sou o melhor brasileiro de todos.

William Woo, político paulista, em uma entrevista com o autor, em 2001.

Introdução

Figura 1.1. "Correntes migratórias", selo de 1974 comemorando a imigração para o Brasil.

Os rostos contam a história oficial. Denominado "Correntes migratórias", o selo retrata a identidade brasileira como sinônima aos imigrantes que vieram formar a nação. O mapa ao fundo, com linhas representando os fluxos humanos vindos da Europa, Ásia, Oriente Médio e Américas, coloca o Brasil no centro do mundo.

A imigração é tão importante para a identidade nacional brasileira que até mesmo pessoas não nascidas no exterior muitas vezes são definidas como "imigrantes". Em meados da década de 1940, quando o ingresso de estrangeiros atingia seu nível mais baixo em um século devido ao fechamento das rotas marítimas durante a Segunda Guerra Mundial, o dr. Cleto Seabra Veloso, do Departamento Nacional da Criança, refletiu que os recém-nascidos eram "nosso melhor imigrante. Não nos esqueçamos dessa profunda verdade e acumulemos tão precioso capital capaz de, no futuro, tornar o Brasil maior, mais forte e respeitado".[1] Trinta anos mais tarde, uma nova super-rodovia ligando a costa atlântica à cidade de São Paulo recebeu o nome de Rodovia dos Imigrantes. Seu percurso transforma os motoristas em imigrantes metafóricos, que repetem a jornada dos milhões de europeus, asiáticos e pessoas vindas do Oriente Médio que chegaram nos séculos XIX e XX.

Diversos países das Américas, do Canadá à Argentina, descrevem a si mesmos como "países de imigrantes", da mesma forma que o fez, em 2011, o secretário do Ministério da Justiça do Brasil, usando exatamente essas palavras.[2] Nos Estados Unidos, o mito da "terra prometida" sugere que, devido à grandeza intrínseca da nação, os estrangeiros só têm a ganhar ao lá chegarem. No Brasil, entretanto, a relação entre imigração e identidade nacional é outra. Intelectuais, políticos, assim como lideranças culturais e econômicas, viam (e ainda veem) os imigrantes como agentes do aperfeiçoamento de uma nação imperfeita, conspurcada pela história do colonialismo português e pela escravidão africana. Como resultado, os imigrantes muitas vezes foram saudados como salvadores que trouxeram mudanças e melhorias ao Brasil, e não por terem melhorado graças ao Brasil. Como veremos a seguir, essas melhorias ocorreram da maneira mais tipicamente brasileira – absorção e miscigenação, e também com o uso de categorias raciais e étnicas de flexibilidade cada vez maior.

1 Dr. Cleto Seabra Veloso, Construindo gerações, *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, v.4, n.19, dez. 1944, p.41. Meus agradecimentos a Cari Williams Maes por me indicar esse texto.

2 Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça, citado em "Brasil vira meca para mão de obra imigrante: Regularização de estrangeiros salta de 961 mil em 2010 para 1,466 milhão até junho", *O Estado de S. Paulo*, 19 nov. 2011.

A maioria dos brasileiros vê os imigrantes e a imigração de maneira igualmente maleável, contradizendo os que sugerem que a única definição de imigrante seria "uma pessoa que, por livre escolha, se transfere de um país a outro". No Brasil, as pessoas representam a si mesmas e são rotuladas de imigrantes de forma situacional. Muitos brasileiros entendem o termo "imigrante" como uma condição ancestral ou herdada, que permanece mesmo entre os nascidos no país após várias gerações. No Brasil, portanto, ser "imigrante" não se limita ao fato de se ter nascido em outro país. As pessoas de ascendência imigrante raramente usam categorias hifenizadas (como nipo-brasileiro ou ítalo-brasileiro), enfatizando, ao contrário, o local de origem de seus ancestrais, chamando-se (ou sendo chamados) de japoneses ou italianos. A chamada da Rede Bandeirantes para *Os imigrantes*, telenovela que foi ao ar em horário nobre e alcançou grande sucesso em 1981 (333 capítulos ao longo de quatorze meses), coloca a questão de outra maneira: "Portugueses, japoneses, espanhóis, italianos, árabes – Não perca a mais brasileira das telenovelas".[3]

Imigrantes e imigração, como esses exemplos sugerem, abrangem tanto a chegada de estrangeiros como a crença de que seus descendentes continuam a aperfeiçoar a identidade nacional. A *ideia* de imigração, portanto, ajudou as elites brasileiras (formadas por proprietários de terras, políticos, intelectuais e industriais) a imaginarem um futuro diferente e melhor que o presente. Não é de surpreender que, de modo geral, os imigrantes e seus descendentes concordassem com as elites. E o que é mais significativo, a população em geral tendia à mesma opinião, mesmo os que não tinham contato direto com imigrantes ou com seus descendentes. Quando os brasileiros afirmam, o que fazem com frequência, que vivem no "país do futuro", eles sugerem que a identidade nacional do país vem mudando para melhor. A imigração foi um dos principais fatores dessa melhoria e, portanto, a experiência finita da transferência física não terminou com a chegada dos estrangeiros. A imigração representava, como ainda representa, a criação de um futuro superior para o Brasil.

3 *Jornal do Imigrante*, v.4, n.422, set. 1981, p.2.

Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva, um migrante nordestino que veio para São Paulo e, começando como operário metalúrgico, chegou a líder trabalhista e político, foi eleito presidente da República. Embora sua história pessoal seja atípica em um país onde, historicamente, a política sempre foi elitista, não democrática e muitas vezes repressiva, suas ideias sobre imigração como fonte de força e progresso para o país seguiam o padrão tradicional. O presidente Lula e seus aliados insistiam em apresentar o Brasil como um país multicultural, e o slogan "Brasil – um país de todos" não se referia apenas à classe social. As representações visuais desse lema costumavam trazer fotografias de brasileiros de diferentes origens étnicas.

As comemorações do passado imigrante foram dignas de nota durante o governo Lula, com o investimento de montantes consideráveis de dinheiro público, como ocorreu em 2008, por ocasião do centenário da chegada dos primeiros japoneses. Boa parte do discurso institucional produzido para essa comemoração insistia em que os brasileiros de ascendência japonesa eram imigrantes permanentes, que pouca diferença havia entre o *status* elevado de seus bisavós nascidos no Japão e sua própria cidadania brasileira. A ascensão de uma outra figura política que alcançou proeminência ao final do governo Lula reforçou a ideia de que os imigrantes haviam criado um "Brasil melhor". Petar Stefanov Rusev fugiu da perseguição política na Bulgária, chegou ao Brasil nos anos 1930 e veio a se tornar um empresário de sucesso. Em 2011, sua filha Dilma Rousseff foi eleita presidente.

Uma caminhada por qualquer rua principal de uma cidade brasileira, seja uma grande metrópole ou uma cidade pequena, mostra a importância da imigração para a identidade nacional. Uma comida de bar muito comum no Brasil é o quibe, muito embora a maioria dos consumidores não descenda das centenas de milhares de imigrantes do Oriente Médio que chegaram nos séculos XIX e XX. Desde a década de 1960, os mangás (um tipo de revista de história em quadrinhos japonesa) se tornaram a obsessão entre muitos jovens da classe média brasileira, enquanto os brasileiros mais velhos comem sushi e praticam as "novas religiões japonesas" em números significativos. A maioria deles não é de ascendência japonesa, mas vive no país com a maior população de imigrantes e filhos de imigrantes japoneses de todo o mundo. A Brastemp, a grande marca de eletrodomésticos

brasileira, promove seus produtos com slogans como: "Um árabe casado com uma japonesa – o que pode ser mais brasileiro?". É comum que sushi seja servido nos eventos dos rituais do judaísmo ortodoxo. Na maior cidade brasileira, São Paulo, costuma-se dizer que uma paulistana típica é uma "japonesa que fala português com sotaque italiano enquanto come uma esfiha".

Uma perspectiva hemisférica

Nos dias de hoje, a América Latina tende a ser vista como uma região de imigrantes. A imprensa e os políticos norte-americanos costumam sugerir que os problemas "latino-americanos", como criminalidade e pobreza, estão na origem das levas que cruzam o Rio Grande em direção ao norte, a pé ou de avião. Essa imagem contemporânea, entretanto, é nova. A partir do século XVI até meados do século XIX, europeus chegaram em grandes números à América Latina. Milhões de escravos africanos foram trazidos à força, ao mesmo tempo que grupos menos numerosos de colonos livres se estabeleciam no Brasil.

Em inícios do século XIX, em meio aos descendentes dos colonizadores e de seus escravos, todo o tipo de novas e fluidas identidades latino-americanas já estavam em processo de formação, com aspirações que levaram à criação de novas nações. As novas elites nacionais, quer argentinas, brasileiras ou hondurenhas, geralmente viam com desdém a população nativa, africana e mestiça, que constituía a maioria. Em meio às classes dominantes, eram muitos os que pretendiam reconstituir as populações de seus países e, para tal, lançaram os olhos aos povos brancos da Europa. Em meados do século XIX, as Américas do Norte e do Sul haviam se convertido em destino de imigrantes, a maioria deles se dirigindo aos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Brasil.

A estatística de maior importância, entretanto, não é o número absoluto de ingressos. Em países com pequenas populações nativas, como a Argentina e o Uruguai, o impacto da imigração no crescimento populacional foi significativamente maior que nos Estados Unidos. Os estrangeiros recém-chegados, fossem eles escravos ou imigrantes livres, foram também de importância crucial, em termos demográficos, para o crescimento do Brasil, de Cuba e do Chile. Mesmo no Peru e no México, onde os imigrantes

tiveram menor importância relativa em razão das grandes populações indígenas, a imigração estava fortemente presente nas mentes dos formuladores de políticas públicas e também da população em geral.

Entre 1870 e 1930, cerca de 4 milhões de imigrantes se estabeleceram na Argentina; entre 2 e 3 milhões no Brasil; talvez 1 milhão em Cuba e 400 mil no Uruguai. Na América do Norte, o Canadá recebeu mais de 1,3 milhões de novos habitantes, enquanto aos Estados Unidos chegaram mais de 20 milhões. Embora a maioria dos imigrantes que chegavam às Américas viesse da Europa, um número significativo deles veio do Oriente Médio e da Ásia. Esses números desmentem os atuais estereótipos – tanto acadêmicos quanto leigos – presentes em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, de que a América Latina é povoada quase que exclusivamente por povos indígenas, descendentes de africanos e populações mestiças.[4] Essas múltiplas origens nos fazem lembrar que os imigrantes provenientes da Ásia, do Oriente Médio e da Europa (e mais recentemente, no Brasil, de locais como Bolívia, Argentina, África de língua portuguesa e Nigéria) tiveram papéis de importância crucial na formação da identidade nacional. A presença e as posturas dos povos livres e escravos foram igualmente importantes para a criação de uma identidade nacional nas demais nações multiculturais da América Latina.

Por toda a América Latina os imigrantes sempre foram e ainda são parte da discussão sobre identidade nacional. Nos Andes e na Mesoamérica, os discursos sobre identidade nacional sempre louvaram o passado inca e asteca, embora ignorando-o na prática. No Peru, México e Brasil, algumas lideranças imigrantes de origem japonesa, chinesa, libanesa e polonesa chegaram a afirmar que os índios, na verdade, eram uma tribo perdida de suas nações, e que, portanto, o novo grupo imigrante era, na verdade, nativo. Alberto Fujimori, ex-presidente do Peru (1990-2000), por exemplo, vestia-se tanto de inca como de samurai como parte do *marketing* político de sua ascendência japonesa.

Afirmar ter um passado indígena não significava abster-se de tirar partido de políticas públicas que muitas vezes tinham como objetivo manter os povos indígenas nos escalões mais inferiores da hierarquia política, social e

4 Wade, *Race and Ethnicity in Latin America*.

econômica. Para muitos imigrantes, esse incentivo significou que, em meados do século XX, os que eram descritos ou descreviam a si mesmos como descendentes de imigrantes do Oriente Médio, Ásia ou Europa passaram a desempenhar papéis importantes em todos os setores da sociedade. Políticos de ascendência árabe são comuns na Argentina, na Bolívia e no Equador. Nesses países, assim como no Brasil, a grande maioria dos imigrantes do Oriente Médio e seus descendentes é cristã. Alguns dos mais poderosos magnatas mexicanos são filhos de imigrantes alemães e libaneses. A elite hondurenha é, em boa parte, de origem palestino-cristã.

Na América caribenha e portuguesa, onde, na época colonial, a maioria da população era formada por escravos africanos e seus descendentes, os imigrantes livres desempenharam um papel igualmente importante. Nessas regiões, os estrangeiros tornaram-se parte da discussão sobre negritude e branquidão (a valorização da condição de ser branco presente nas sociedades das Américas, onde a estrutura social favorece as pessoas brancas, mesmo que essa valorização não seja uma política deliberada do Estado), categorias essas que continuam a dominar os discursos tanto populares quanto da elite. Os países do Cone Sul, Chile, Uruguai e Argentina, também tinham populações indígenas e de escravos africanos, mas os líderes da independência acharam conveniente esquecer-se deles, ao proporem o assentamento de imigrantes em "território despovoado".

De que forma a imigração brasileira se compara à dos demais países da América? Em vários sentidos, o Brasil é um caso único. Seu território é maior que o dos Estados Unidos continental, tendo hoje a quinta maior população do mundo, que é, de longe, a maior da América Latina. Diferentemente dos países mais populosos – China, Índia e Indonésia –, contudo, a população brasileira é formada por descendentes de migrantes, que chegaram ou involuntariamente como escravos, no caso dos africanos, ou voluntariamente como imigrantes livres. No entanto, o Brasil é importante não apenas por seu tamanho. Seus 300 anos de existência como colônia portuguesa (de 1500 a 1822), quando era habitado principalmente por escravos africanos, lhe confere características singulares em tudo, da língua à comida.

No Brasil, muitos integrantes da elite acreditavam na grandeza mítica dos povos indígenas da Amazônia. Embora essa crença ecoe alguns aspectos

dos ideais nacionais mexicanos e peruanos de uma "raça cósmica", onde se mesclariam passados indígenas e europeus, a inovação brasileira foi adicionar a África. No entanto, apesar do "mito das três raças" (segundo o qual africanos, índios e europeus teriam supostamente se fundido para formar uma única e singular "raça brasileira"), grande parte da discussão sobre a imigração baseou-se no modelo do Cone Sul, de recém-chegados povoando terras virgens. As elites muitas vezes viam os imigrantes (e também a si próprias) como substituindo a população local com algo melhor. Os recém-chegados ajudaram a formar outro mito da nacionalidade brasileira, o do "país do futuro",[5] no qual a branquidão iria eclipsar a negritude.

O Brasil, entretanto, também faz lembrar muitas outras repúblicas americanas. Tanto nos Estados Unidos como na Argentina, imigrantes da Europa Central começaram a chegar em inícios do século XIX, sendo seguidos por grandes levas de europeus do sul, principalmente italianos. O Brasil, da mesma forma que Peru, Canadá, Cuba e Estados Unidos, passou por várias décadas de intensa imigração asiática. No Cone Sul e na América Central, imigrantes do Oriente Médio chegaram em grandes números em fins do século XIX e início do século XX.

O Brasil também se assemelha a outros países da América, onde os imigrantes ingressaram em um contexto escravocrata, embora a abolição, no Brasil, só tenha ocorrido em 1888. Os imigrantes não eram escravos, embora com frequência fossem maltratados. Muitos imigrantes se segregaram, muitas vezes de forma agressiva, dos escravos ou de pessoas livres de ascendência africana. Essa separação foi constante e dinâmica. Enquanto parte dos imigrantes "embranqueceu" ao se distanciar dos negros e dos indígenas, outros tomaram a direção contrária, ou se casando com uma pessoa não branca ou não atendendo a determinadas expectativas culturais, sociais e ocupacionais. Os que não se submetiam às regras da branquidão, recusando a autossegregação, muitas vezes perdiam as vantagens de ser visto como um "imigrante". Nas Américas, as novas identidades étnicas que surgiram em meio aos descendentes de imigrantes devem ser entendidas em

5 Zweig, *Brasil, um país do futuro*, prefácio de Alberto Dines.

relação a posturas mais amplas, tratando da criação de uma separação racial, social e política entre eles próprios e os descendentes de africanos.[6]

As sementes da imigração em massa

No século XVII e inícios do século XVIII, a Coroa portuguesa obrigou populações que via como pouco desejáveis a ocuparem as fronteiras que separavam o Brasil das colônias espanholas que viriam a se tornar a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Como resultado, a população brasileira passou a incluir alguns povos indígenas, muitos colonos portugueses e seus descendentes e um número ainda maior de escravos que trabalhavam na economia de grandes propriedades agrícolas. As lideranças políticas, confrontadas com um vasto território e acreditando que a população deveria ser menos "negra" e mais "branca", passaram, cada vez mais, a procurar imigrantes europeus. O tipo de imigrante desejado por essas elites – laboriosos, empreendedores, de pele clara mas capazes de se adaptar bem ao clima brasileiro estranho a eles – não era fácil de atrair. As pessoas com maiores probabilidades de virem a se interessar – refugiados, exilados políticos e religiosos, presidiários e pobres – eram correspondentemente menos bem-vindos.

Em meados do século XVIII, entretanto, novas ideias começaram a surgir. O príncipe regente português, D. João V, centralizou a política de "colonização" de todo o vasto império que se estendia da América do Sul ao sul da Ásia. Seu objetivo era convencer não portugueses a se estabelecerem no Brasil e, em 1748, apenas dois anos antes de sua morte, ele empregou um agente incumbido de trazer milhares de açorianos daquelas superlotadas ilhas do Atlântico para o extremo sul do Brasil e para o Pará, na foz do Rio Amazonas, ao norte.[7] Esses planos alcançaram apenas um modesto sucesso, mas lançaram a base para os futuros planos de colonização patrocinados pelo Estado.

6 Goldstein, *The Price of Whiteness: Jews, Race, And American Identity*; Roediger, *Working Toward Whiteness. How America's Immigrants Became White: The Strange Journey from Ellis Island to the Suburbs*.

7 Oberacker, *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*, p.207.

Quando Napoleão e seu exército invadiram Portugal, em 1807, os Bragança, a família real portuguesa, agora encabeçada por D. João VI, fugiu para o outro lado do Atlântico. Quando os navios aportaram na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1808, o centro do Império português viu-se transferido para o Brasil e o Rio de Janeiro se tornou a capital. Os membros da corte portuguesa ficaram chocados com as grandes diferenças entre a elite europeia e a sociedade brasileira, e passaram a se perguntar se o incentivo à imigração europeia ajudaria a recriar o mundo que haviam deixado para trás. A primeira medida tomada por D. João foi abrir a economia e a cultura brasileiras. Ele decretou que navios não portugueses teriam permissão para atracar em portos brasileiros, e cidadãos de outras nacionalidades que não a portuguesa conquistaram o direito à propriedade de terras. Para muitas das autoridades portuguesas agora no exílio, o Brasil estava a caminho de se tornar uma nação autônoma. Quando o gênio da independência saiu da lâmpada, foi para nunca mais voltar.

A independência foi alimentada por ideias iluministas. A literatura abolicionista vinda da Inglaterra inspirou alguns integrantes das elites brasileiras a especular sobre a abolição da escravatura como passo em direção à nacionalidade. O primeiro-ministro português no exílio (1817-1821), Tomás Antonio de Vila-Nova, passou a se preocupar com o opressivo sistema de trabalho em termos que, uma década antes, seriam vistos como heréticos. Para o ministro, a escravatura tornava o Brasil "intrinsecamente fraco", impedindo o crescimento de "um povo" imbuído de "espírito nacional". Quando a Corte residia em Portugal, todos os estrangeiros eram "categoricamente suspeitos de atividades subversivas".[8] Com sua transferência para o Brasil, os não portugueses tornaram-se bem-vindos como residentes e como brasileiros em potencial.

Novas ideias políticas e culturais sobre estrangeiros como imigrantes, e não como espiões, contribuíram para reacender o debate sobre a escravatura. Na opinião da maioria das elites, o sistema era necessário para a

8 Schultz, *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*, p.111. Publicado em português como *Versalhes tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*.

prosperidade de curto prazo, mesmo que, assim como os próprios escravos, criasse barreiras às aspirações nacionais. Ao mesmo tempo, a pressão britânica pelo fim do tráfico de escravos era intensa, embora não totalmente eficaz. As elites políticas e econômicas, desejando resolver as duas questões, olhavam para o norte, para os Estados Unidos, que visto de longe parecia estar se tornando mais branco, mais europeu e mais produtivo. Como observou Kirsten Schultz, a imigração

> significava que, no novo e próspero império, pelo menos na visão oficial relativa a seu futuro político e econômico, a branquidão e o ideal da produtividade, tal como corporificados no pequeno agricultor, conseguiriam se contrapor ao ideal de unidade linguística, histórica e cultural, e à homogeneidade religiosa de uma nacionalidade portuguesa heroica, evocadas tanto pelos exilados quanto pelos brasileiros natos ao explicar a transferência da Corte.[9]

Na Corte portuguesa, eram muitos os que entendiam que as pessoas que eles mais queriam como imigrantes eram as que, provavelmente, menos interesse teriam em vir. Em inícios do século XIX, a vagarosa resposta à intenção brasileira de trazer imigrantes europeus fez com que as lideranças políticas e empresariais passassem a reavaliar suas estratégias. Uma opção era atrair imigrantes potenciais da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, promovendo o Brasil como um país neoeuropeu, com abundantes terras vazias, onde imigrantes brancos conquistariam de imediato um *status* social elevado em uma sociedade escravocrata. No entanto, a economia florescente e os sistemas políticos desses três países faziam com que franceses, ingleses e americanos não estivessem dispostos a emigrar. As elites, então, alteraram suas táticas. Uma delas foi usar a propaganda de boca em boca, principalmente convidando naturalistas e pintores que talvez voltassem à Europa com impressões positivas, criando uma aura de possibilidades para os emigrantes em potencial. Esses viajantes, entretanto, raramente se deixavam convencer. Seus relatos davam ênfase à africanidade do Brasil, ao senso

9 Schultz, *Tropical Versailles*, p.111, 210.

de privilégio de suas elites e à pobreza dos poucos imigrantes que residiam no país. Outras táticas seriam necessárias.

A criação de um Brasil multiétnico

À medida que o Brasil passava de colônia de Portugal (1500-1822) a império independente (1822-1889), para em seguida se tornar república (de 1889 até o presente), uma série de processos levaram à criação de uma sociedade pluralista, com uma hierarquia racial que colocava a branquidão no topo e a negritude na base. A fluidez desses termos e de seus significados, entretanto, fizeram com que o Brasil se tornasse uma nação multicultural, embora seus cidadãos geralmente vissem a si próprios e a seu país como se tornando progressivamente mais brancos. Termos como *branco*, *negro*, *europeu*, *índio* e *asiático* (entre outros) não tinham significado fixo no contexto brasileiro. Pessoas e grupos entravam e saíam dessas categorias sempre mutáveis, e a identidade nacional brasileira era, em geral, simultaneamente rígida (a branquidão era consistentemente valorizada) e flexível (o significado de branquidão era maleável).

A partir da chegada dos europeus, em inícios do século XVI, o Brasil passou a receber um número cada vez maior de migrantes de todo o Império português e da África, que então entraram em contato com as populações indígenas. Os recém-chegados não eram imigrantes na acepção clássica do termo: poucos vinham por vontade própria, a maioria sendo forçada a tal. Os súditos portugueses chegavam como integrantes de quatro categorias distintas: os menos numerosos eram membros do clero ou vinham para ocupar cargos políticos, geralmente optando por vir para o Brasil na crença de estarem prestando serviços temporários ao rei. A grande maioria, entretanto, era formada de *degredados* (exilados) e soldados. Os degredados eram criminosos mandados para o Brasil para povoar as regiões de fronteira em troca de liberdade. Os soldados, assim como os degredados, eram obrigados a ir para qualquer lugar do império para onde fossem mandados, não tendo direito de escolha. A quarta categoria, a de mulheres portuguesas, era pouco numerosa: elas vinham ou acompanhando seus maridos degredados ou como órfãs enviadas pelas ordens religiosas para se

casarem com os homens brancos das colônias. Os dados sobre o ingresso nos séculos que se seguiram a 1500 são incompletos, mas estima-se que cerca de 700 mil súditos portugueses tenham sido mandados para o Brasil entre 1500 e 1760.[10]

Quando, em 1693, foi encontrado ouro em terras brasileiras, o número de ingressos aumentou sensivelmente. Na década de 1720, quando diamantes foram descobertos, esse número explodiu. Cerca de um milhão de súditos portugueses se estabeleceram no Brasil durante o século XVIII, muitos deles prospectores de minérios e artesãos. Antônio Gomes Freire de Andrada, governador das províncias do Sul (que incluíam parte do que hoje é o Uruguai e a Argentina) e mais tarde vice-rei do Brasil, usou os recém-chegados para fortificar as fronteiras brasileiras contra os espanhóis. A partir da década de 1730, ele fundou uma série de fortes, "presídios" (uma espécie de forte primitivo) e guarnições militares destinadas a se tornarem a semente de novas cidades ao longo das fronteiras. Os fortes e guarnições eram ocupados por soldados, e os presídios (termo que atualmente significa penitenciária) eram ocupados por jovens portugueses, a maioria deles degredados, que também eram responsáveis pelas obras públicas.

Os séculos decorridos entre a chegada dos portugueses em 1500 e a criação, em 1822, de uma nação independente, o império brasileiro, assistiram também à chegada ao Brasil de outra imensa leva de migrantes involuntários: os escravos africanos. Mais de 4,8 milhões de escravos, cerca de 45% de todos os africanos trazidos pelo tráfico atlântico, foram forçados a se estabelecer no Brasil. Cerca de 2/3 deles eram de sexo masculino e mandados para trabalhar nas minas, nas fazendas açucareiras e nas áreas urbanas. As mulheres, em geral, trabalhavam nos serviços domésticos das casas dos proprietários de escravos e de suas famílias.

Embora o primeiro-ministro português, o Marquês de Pombal, tenha abolido a escravatura no Portugal continental em 1791, o regime continuou vigorando no Brasil até 1888. Os escravos brasileiros, é claro, opunham resistência a seu cativeiro. Era comum que eles formassem comunidades de

10 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html.

escravos fugidos e, ao longo do tempo, os proprietários tiveram de libertar grandes números de filhos e netos de escravos. Os africanos e seus descendentes, tanto escravos quanto livres, sempre tiveram contato com os imigrantes, sendo, portanto, uma parte essencial de nossa história. Entretanto, este livro não tem como foco os migrantes involuntários. Além disso, muitos portugueses e africanos chegaram no tempo em que o Brasil era apenas uma das inúmeras colônias portuguesas, sendo, portanto, uma terra sem um claro senso de identidade nacional.

Branqueamento

Quando, em 1822, o Brasil proclamou sua independência, libertando-se de Portugal, a imigração e a identidade nacional assumiram um novo significado. Esperava-se que os estrangeiros se tornassem habitantes que tornariam o país forte em todos os aspectos, das políticas públicas à cultura. No entanto, muitas das antigas atitudes permaneceram, principalmente a fusão de nacionalidade e biologia e a certeza de que existia uma hierarquia racial, na qual os europeus brancos ocupavam o ápice.

O elo entre sangue e nação talvez tenha origem no século XVI, com a Inquisição, que tentou assegurar a pureza do sangue dos católicos. No século XIX, as hierarquias humanas já estavam assimiladas à cultura mais ampla das elites euro-americanas, e as diferentes instituições contribuíam para naturalizar e formalizar as diferenças raciais. Nos Estados Unidos, a segregação legalizou a separação entre brancos e negros, e a miscigenação tornou-se objeto de terror. Na Argentina, a miscigenação e o racismo levaram a que a visibilidade das pessoas de ascendência africana entrasse em nítido declínio. No século XX, boa parte da elite e das classes médias argentinas acreditavam que os negros haviam desaparecido, e que o país era branco e europeu, e não multicultural.[11]

No Brasil, contudo, a miscigenação teve outras consequências. As elites sempre tentaram distinguir quem era branco e quem era negro, quem não era nem um nem outro, e quem era ambos. Os imigrantes fizeram o mesmo,

11 Andrews, *The Afro-Argentines of Buenos Aires, 1800–1900*.

percebendo que tinham algum grau de influência sobre sua própria situação na hierarquia racial (e, portanto, social e econômica). Parte da elite brasileira do século XIX, portanto, adotou uma nova filosofia política e cultural no que dizia respeito à "raça". O *branqueamento*, como eles diziam, significava que a população poderia ser fisicamente transformada, passando de negra a branca por meio da combinação de casamentos mistos e políticas de imigração. O "sangue" branco "forte" passaria a sobrepujar o dos não brancos "fracos", e a lei impediria a entrada de raças "fracas". Era comum que os imigrantes aceitassem e utilizassem essas categoriais. Tornar-se "branco" era tão importante para os recém-chegados quanto o era para a elite nacional.

A ideologia do branqueamento foi de importância crucial na formulação da política de imigração brasileira moderna. Quase dois milhões de imigrantes europeus ingressaram no Brasil entre 1820 e 1920, embora uma parcela deles tenha retornado a seus países. Os recém-chegados não se distribuíram de maneira uniforme pelo território nacional. Os imigrantes, na verdade, foram atraídos às regiões do centro-sul brasileiro. Essa concentração populacional resultou de uma grande virada na economia brasileira que, no início do período colonial, era mais forte nos setores canavieiro e minerador do norte, transferindo-se posteriormente para o centro do país com a descoberta dos diamantes, já em meados dos tempos coloniais. A maioria dos imigrantes começou a chegar no final do século IX, quando o setor cafeeiro estava em expansão.

Após 1888, os europeus chegaram em uma posição superior à dos ex-escravos que, por gerações a fio, foram privados de educação formal, e cujo trabalho era em geral sub-remunerado. A alta racialização das esferas sociais e econômicas do país foi reforçada pelas estatísticas pouco confiáveis, características dos Estados "científicos" do século XIX. Os números mostravam que os afro-brasileiros acusavam níveis mais altos de analfabetismo, subnutrição e criminalidade do que a população como um todo.[12]

12 Dean, *Rio Claro: A Brazilian Plantation system, 1820-1920*, p.173-4. Publicado em português como *Rio Claro: um sistema de grande lavoura*.

Estatísticas desse tipo contribuíram para o argumento usado na formulação das políticas públicas, de que os brancos eram melhores do que os negros.

Boa parte das ideias sobre raça que vigoraram no Brasil de fins do século XIX a início do século XX tinham origem em uma pseudociência europeia sobre raça e diferenças humanas, formulada em épocas ainda anteriores. Por exemplo, uma teoria amplamente aceita entre as classes educadas brasileiras era a escala craniométrica criada pelo médico alemão Johann Friedrich Blumenbach, em 1776, que postulava um contínuo de excelência racial que colocava os europeus na posição mais elevada, os asiáticos (a quem Blumenbach chamava de mongoloides) na posição média, e os negros africanos no extremo inferior.[13] No século XIX, boa parte das elites brasileiras se encantou com as ideias de Jean-Baptiste Lamarck, um naturalista francês que propunha a teoria de que os traços de personalidade e cultura seriam adquiridos a partir dos ambientes humanos e climáticos. Segundo Lamarck, uma "raça nacional" única era biologicamente possível, ideia essa que forneceu o arcabouço científico para a criação das políticas brasileiras de imigração, segundo as quais "não era inevitável que a miscigenação produzisse 'degenerados', podendo resultar também na criação de uma população mestiça saudável, que se tornaria cada vez mais branca, tanto cultural quanto fisicamente".[14]

Os intelectuais e os políticos muitas vezes se viam como biólogos ou químicos sociais que usavam o Brasil como um "laboratório racial" de embranquecimento. A metáfora biológica nos faz lembrar que as elites viam a população como uma base à qual "reagentes" humanos poderiam ser acrescentados ou subtraídos. Em outras palavras, os responsáveis pela formulação de políticas usavam a eugenia para criar uma correlação entre o ingresso de imigrantes e a mudança racial. Um livro sobre colonização que alcançou grande influência no século XIX, originalmente redigido como

13 Blumenbach, *On the Natural Varieties of Mankind: De generis humani varietate nativa*, p.273.

14 Skidmore, *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*, p.65. Publicado em português como *Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Ver também Stepan, *The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America*. Publicado em português como *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*.

um relatório oficial encaminhado ao ministro da Agricultura brasileiro, é um excelente exemplo. *Theses sobre colonização do Brasil: projeto de solução para as questões sociais, que se prendem a este difícil problema*, de João Cardozo de Menezes e Souza, propunha que o Brasil era um "embrião" singular, que deveria ser rejuvenescido a fim de extinguir a herança africana do país. Os imigrantes seriam a "semente" da qual brotaria a "poderosa força de homogeneidade e coesão para agregar e assimilar" a população como um todo.[15]

As migrações em massa

Mais de 5 milhões de imigrantes chegaram ao Brasil entre 1872 e 1972, embora as estatísticas sobre imigração nem sempre sejam confiáveis, uma vez que muitos retornaram ou seguiram viagem para outros países. Por exemplo, durante as primeiras décadas do século XX, qualquer pessoa que chegasse de navio sem uma passagem de primeira classe era considerada "imigrante", mesmo que pretendesse ficar no Brasil por pouco tempo. Muitos estrangeiros migraram temporariamente, mas o governo brasileiro registrava as informações sobre chegadas e, geralmente, ignorava as partidas. Em um período para o qual temos informações sobre chegadas e partidas, de 1908 a 1936, o número de partidas do porto de Santos (o principal porto de chegada do país) representa mais de 50% do total de entradas (1.221.282 contra 667.080), segundo os registros do Departamento de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo.

As tabelas a seguir mostram os altos números de imigrantes europeus que chegaram no Brasil. Mesmo assim, a coluna "Japoneses" também se destaca. De que forma os imigrantes japoneses se enquadram no paradigma do embranquecimento brasileiro é uma questão importante que iremos examinar no Capítulo 6. A outra coluna surpreendente dessas tabelas é designada como "Outros". Quem era representado nessa categoria na qual as autoridades brasileiras (e também os acadêmicos) costumavam colocar imigrantes sem discriminar seus locais de origem? Muitos eram provenientes

15 Menezes e Souza, *Theses sobre colonização do Brazil: projecto de solução para as questões sociaes, que se prendem a este dificil problema*, p.403, 426.

do Oriente Médio e do Leste Europeu, cuja classificação nacional muitas vezes se alterava (de turco a sírio, de alemão a polonês e vice-versa) e que, conjuntamente, representavam uma grande parcela dos fluxos imigratórios. Como veremos no Capítulo 5, houve momentos em que quase 20% dos judeus que deixavam a Europa vieram para o Brasil, e outros períodos em que cristãos do que hoje são a Síria e o Líbano representavam percentagens significativas do total de ingressos. Esses "Outros" fazem com que a maior metrópole brasileira, São Paulo, seja uma das maiores cidades "italianas", japonesas" e "libanesas" de todo o mundo.

Tabela 1.1. Imigração para o Brasil, por nacionalidade

	Nacionalidade						
	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392	14.325	–	58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901	–	17.841	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.293	17.084	–	107.232	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920-1929	301.915	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
1930-1939	102.743	22.170	12.746	27.497	99.222	63.390	327.768
1940-1949	45.604	15.819	4.702	6.807	2.828	38.325	114.085
1950-1959	241.579	91.931	94.693	16.643	33.593	104.629	583.068
1960-1969	74.129	12.414	28.397	5.659	25.092	51.896	197.587
1970-1972	3.073	804	949	1.050	695	9.017	15.588
1870-1972	1.662.180	1.622.491	716.052	223.517	248.007	873.642	5.345.889

Fonte: Maria Stella Ferreira Levy, O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972), *Revista de Saúde Pública*, suplemento 8, 1974, p.71-3.

As colunas "Japoneses" e "Outros" alteram uma história muito contada sobre o Brasil, que se concentra nos imigrantes católicos da Itália, de Portugal e da Espanha. As centenas de milhares de ingressos não europeus muitas vezes levaram a reações fortes, geralmente expressas em termos muito diretos. O racismo indisfarçado dirigido contra os imigrantes e também partindo destes diz muito sobre a identidade nacional brasileira. Também são importantes as histórias dos imigrantes, sejam eles os do Sul da Europa, numericamente dominantes, ou os asiáticos, árabes e judeus que receberam

atenção desproporcional por parte da imprensa, das autoridades políticas e dos intelectuais. Os "Outros" imigrantes foram tão importantes para a criação da identidade nacional brasileira quanto os portugueses e italianos.

As Tabelas 1.1 e 1.2 mostram as mudanças significativas ocorridas ao longo do tempo nos países de emigração. As políticas do século XIX, influenciadas pela eugenia, apoiavam a entrada de trabalhadores alemães, portugueses, espanhóis e italianos como "braços para a lavoura". No entanto, o medo da militância social e trabalhista, bem como preocupações quanto à assimilação, sugeria que outros grupos não europeus fossem considerados como possibilidades. Os mais importantes foram os imigrantes japoneses, vistos como modernos, laboriosos e dóceis. Essas ideias brasileiras foram reforçadas pelo crescente poderio internacional e industrial do Japão. Intelectuais e políticos japoneses muitas vezes se autopromoveram como sendo cidadãos da única nação "branca" da Ásia, o que soava atraente a setores das classes dominantes brasileiras. O desejo das elites brasileiras de atrair imigrantes brancos, independente de sua raça biológica ostensiva, se harmonizou com a esperança dos imigrantes de serem incluídos na categoria desejável.

Tabela 1.2. Imigração para o Brasil, por nacionalidade, como percentagem do total

	Nacionalidade						
	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1872-1879	31,2	25,8	1,9	8,1	–	33,0	100
1880-1889	23,3	61,8	6,7	4,2	–	4,0	100
1890-1899	18,3	57,6	13,7	1,4	–	8,9	100
1900-1909	31,4	35,6	18,2	2,2	0,1	12,5	100
1910-1919	39,1	16,9	22,3	3,2	3,4	15,1	100
1920-1929	35,7	12,6	9,7	8,9	6,9	26,2	100
1930-1939	30,9	6,7	3,8	8,3	29,8	20,5	100
1940-1949	40,0	13,9	4,1	6,0	2,5	33,6	100
1950-1959	41,4	15,8	16,2	2,9	5,8	17,9	100
1960-1969	37,5	6,3	14,4	2,9	12,7	26,3	100
1970-1972	19,7	5,2	6,1	6,7	4,5	57,8	100
1870-1972	31,1	30,3	13,4	4,2	4,6	16,4	100

Fonte: Maria Stella Ferreira Levy, O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972), *Revista de Saúde Pública*, suplemento 8, 1974, p.71-3.

As mudanças que observamos na nacionalidade dos imigrantes, contudo, não devem sugerir que o conceito de branqueamento tenha se tornado menos importante. Ao contrário, o significado de ser branco sofreu uma nítida transformação no decorrer do século XX. O deputado federal Acylino de Leão o resumiu com clareza em 1935, quando a Câmara dos Deputados votou a favor da concessão de subsídios aos imigrantes japoneses, mas não aos portugueses: "Os colonos japoneses [...] são ainda mais brancos que os portugueses", declarou ele.[16]

Visões do outro

Os imigrantes não resolvem simplesmente se mudar e deixar para trás seus países de origem. Os que pensam na possibilidade de emigrar costumam avaliar o mercado de trabalho internacional, a economia e a cultura do país de destino com toda a informação a eles disponível. As ideias que o século XX faz dos diferentes países geralmente se baseiam em imagens visuais, música e propaganda. O século XIX não era muito diferente, e quando D. João VI, em 1818, tentou "promover e dilatar a civilização do vasto Reino do Brasil" com colonos europeus, a propaganda internacional foi de importância central.[17] O Brasil enviou agentes de imigração à Europa com a incumbência de promover o país, muitas vezes levando brochuras elaboradas pelo governo e redigidas em muitas línguas.

De inícios do século XIX até meados do século XX, os brasileiros favoráveis à imigração pretendiam povoar regiões do país que viam como vazias. Embora essas áreas muitas vezes abrigassem populações indígenas, o fato foi minimizado ou simplesmente ignorado pelas autoridades políticas desejosas em atrair novos imigrantes europeus. A mais notável das primeiras tentativas de vender a imagem do Brasil a imigrantes começou em uma pequena cidade suíça e terminou nas montanhas da província do Rio de Janeiro. Essa tentativa incluiu engodo, doenças e disputas religiosas,

16 Discurso de Acylino de Leão, 18 set. 1935. República dos Estados Unidos do Brasil, *Annaes da Camara dos Deputados: Sessões de 16 a 24 de setembro de 1935*, v.17, p.432.

17 Nicoulin, *A gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827)*.

armando o cenário para a imigração em massa para o Brasil que teria início em fins do século.

A colônia de Nova Friburgo tirou seu nome de uma cidade da Suíça. O local, situado na província do Rio de Janeiro, foi escolhido por políticos brasileiros em grande parte porque seu clima parecia se assemelhar à ideia que faziam do clima suíço.[18] Na Suíça, dificuldades econômicas haviam levado a desemprego e falta de alimentos. Ao mesmo tempo que os políticos suíços passavam a incentivar a emigração com o objetivo de reduzir a população, os políticos brasileiros divisaram a excelente oportunidade de conseguir imigrantes brancos. D. João VI e seus conselheiros estavam dispostos a fazer o investimento econômico e a assumir o compromisso político. Eles confiavam que os imigrantes suíços saltariam do navio e transformariam a área despovoada em uma cidade europeia de agricultores e artesãos.

O plano era criar uma colônia a partir do zero. D. João ofereceria passagens, terra, moradia e apoio logístico para sustentar cem famílias católicas, além de pagar por sua volta à Suíça caso as coisas não fossem bem. Sua esperança era que a maioria dos imigrantes se convertesse em pequenos proprietários dedicados à lavoura. D. João acreditava que alguns artesãos e outros profissionais acabariam por se estabelecer e ensinariam a outros seu ofício. No entanto, nada funcionou como planejado. Muitos dos colonos eram protestantes que haviam se convertido ao catolicismo para emigrar. Uma epidemia de malária atingiu o ponto de embarque, ainda na Europa, gerando um desastre humano. Dos 2.018 emigrantes que deixaram a Suíça, apenas 1.631 chegaram ao Brasil, uma taxa de mortalidade próxima a 20%.

As condições em Nova Friburgo (ilustrada na Figura 1.2) não eram muito melhores que as do navio. Os recém-chegados não estavam preparados para os trópicos, e as taxas de mortalidade continuaram altas. D. João VI ficou sabendo que muitos dos imigrantes eram protestantes, e não os católicos que constavam no contrato. Essa descoberta precipitou uma pequena crise com o papa, que era contrário ao assentamento de não católicos no Brasil, que se acreditava ser um país exclusivamente católico. Mesmo assim, D. João se decidiu por repudiar a crítica papal e abrir as

18 Mörner e Sims, *Adventurers and Proletarians: The Story of Migrants in Latin America*, p.41.

Figura 1.2. *Vila de Nova Friburgo* (1820). Pintura de Jean-Baptiste Debret. Cortesia dos Arquivos do Centro de Documentação D. João VI, Nova Friburgo, Rio de Janeiro.

portas do país. Quando um pastor protestante foi contratado, em 1819, a maioria dos colonos se reconverteu ao protestantismo.[19] A decisão de apoiar a entrada de protestantes não se baseava em um compromisso com a liberdade religiosa. Ao contrário, D. João e seus aliados acreditavam que a ordem e o progresso (não coincidentemente, o lema da bandeira brasileira moderna) seriam implantados no Brasil por intermédio dos protestantes do norte europeu, vistos como singularmente laboriosos e irrefutavelmente brancos. O inverso era aplicado aos católicos, que boa parte da Corte via como retrógrados e pouco modernos.

Nova Friburgo, apesar dos investimentos humanos, econômicos e políticos, foi um fracasso. As altas taxas de mortalidade criaram um problema demográfico e psicológico para os colonos, que não estavam acostumados ao clima. Muitos dos colonos voltaram para a Suíça ou reemigraram internamente no Brasil. D. João logo perdeu interesse na colônia suíça, que, entretanto, não desapareceu. Nova Friburgo é uma cidade de 175 mil habitantes, e o primeiro local onde a tolerância religiosa passou a fazer parte da política brasileira de imigração. A decisão de D. João de desafiar o

19 Dreher, Imigração e religião no Rio Grande do Sul do século XIX. In: Giron; Radünz (eds.), *Imigração e cultura*.

papa abriu caminho para as levas de imigrantes vindos de todo o globo, que começaram a chegar na segunda metade do século XIX.

Quem vai fazer o trabalho pesado?

D. João VI e muitos de seus partidários sonhavam em refazer o Brasil à imagem da Europa Central. Nova Friburgo, apesar de ter fracassado, contribuiu para que as elites imaginassem o Brasil como um ímã para imigrantes que transformariam o país em termos raciais, econômicos e culturais. O fracasso do experimento deixou claro que seria necessário um engajamento político centralizado, visando assegurar que o recrutamento de imigrantes fosse bem organizado e que eles fossem tratados com alguma medida de respeito que os capacitasse a se tornarem autossuficientes. O êxito da colonização exigia políticas concretas que tivessem como objetivo povoar o território com imigrantes "ideais".

A colonização do Brasil com imigrantes europeus brancos deixava sem resposta duas questões importantes: quem faria o trabalho pesado e como a lavoura poderia continuar funcionando sem a mão de obra dos escravos africanos? Uma das respostas que ocorreram às elites foi que os camponeses do nordeste brasileiro poderiam vir a se tornar trabalhadores mansos, dóceis e laboriosos, de fato, verdadeiros escravos-cidadãos.[20] Uma outra solução implicava firmar contratos temporários com trabalhadores chineses como uma ponte entre o trabalho escravo e o trabalho livre. As autoridades políticas se perguntavam se e como os trabalhadores chineses se encaixariam na sociedade brasileira. As análises dos traços culturais e físicos do "tipo mongólico", presentes em numerosos tratados intelectuais e políticos do século XIX, discordavam com relação à utilidade do trabalho chinês. Os debates sobre essa possibilidade ocorriam regularmente, tanto no nível das províncias quanto do império, sendo alvo dos elogios e da zombaria da imprensa.

Esses debates mostraram o outro lado da moeda da imigração – parte da elite acreditava que o fracasso de Nova Friburgo significava que o Brasil

20 Blake, *The Vigorous Core of our Nationality: Race and Regional Identity in Northeastern Brazil*.

deveria redobrar esforços nesse sentido, enquanto outros grupos temiam que a imigração chinesa seria perigosa caso desse certo. Embora poucos chineses tenham imigrado para o Brasil antes de meados do século XX, as elites brasileiras conheciam bem a China e seu povo. Portugal foi a primeira potência marítima europeia a estabelecer relações diretas com o Império Chinês, em 1511. No século XIX, Portugal tinha fortes interesses na Ásia, em razão de suas colônias portuárias de Goa e Macau. A relação entre os dois impérios era patente até mesmo na língua. A palavra *mandarim*, que tem suas raízes etimológicas no termo português *mandar*, foi adotada para designar os membros das elites chinesas, e a palavra chinesa *chá* continua sendo usada no Brasil.[21]

As elites brasileiras não eram as únicas a considerar a possibilidade de utilizar mão de obra chinesa. Por todas as Américas, surgiram debates quanto a se os trabalhadores chineses viriam a enriquecer os países ou a causar danos à cultura nacional. Essas discussões entremeavam-se com as questões da escravatura e da abolição. Muitos intelectuais eram da opinião equivocada de que os trabalhadores chineses não ficariam no Brasil permanentemente por terem um vínculo indissolúvel com sua terra. Impermanência e servilismo faziam com que os chineses se comportassem como escravos sem o ser.

Com a migração da Corte portuguesa para o Brasil, em 1807, o ministro das Relações Exteriores no exílio no Rio de Janeiro, o conde de Linhares, examinou a possibilidade de trazer 2 milhões de trabalhadores chineses para o Brasil. Sua ideia visava tanto contornar a proibição do tráfico de escravos decretada pela Inglaterra quanto satisfazer o desejo de D. João de transformar o chá em um grande produto de exportação. O plano foi implementado em pequena escala em 1810: cerca de 750 plantadores de chá chineses seriam contratados para trabalhar no Jardim Botânico Imperial, no Rio de Janeiro. O economista e membro da alta corte de Salvador, Bahia, o juiz João Rodrigues de Brito, incentivou a entrada dos trabalhadores

21 Elias, Introdução ao estudo da imigração chinesa, *Anais do Museu Paulista*, v.24, p.57-100; dado citado p.60.

chineses, observando que eles eram "não só braços laboriosos, mas ativos, industriosos e peritos na prática das artes e da agricultura".[22]

O cultivo de chá por chineses, da mesma forma que a colônia suíça de Nova Friburgo, foi um fracasso. Wilhelm L. von Eschwege, um alemão que passou onze anos no Brasil a partir de 1810 como coronel no Real Corpo de Engenharia e intendente-geral das minas, observou a infelicidade dos trabalhadores chineses, frustrados "porque todas as suas tentativas de trazer mulheres foram em vão".[23] John Luccock, um mercador britânico que passou uma década no Brasil a partir de 1808, culpou os chineses com outros argumentos. Ele afirmava que eles recebiam salários excessivos e que eram "diligentes, meticulosos demais e lentos [demais] em seus modos culturais", embora "possuíssem uma rapidez de compreensão que ultrapassava tudo o que já observei a esse respeito em qualquer outra raça".[24] Anos mais tarde, em 1832, Charles Darwin visitou o Jardim Botânico Real e criticou os 68 hectares de "insignificantes moitinhas [de chá] [...] que mal possuíam o sabor do chá verdadeiro".[25]

Não há dúvida de que os trabalhadores chineses não estavam satisfeitos com a vida no Brasil. O diretor do Jardim Botânico tratava os chineses com aspereza, suspeitando que eles, propositalmente, se recusassem a revelar suas técnicas mais sofisticadas de processamento do chá. Quando um pequeno grupo fugiu, o diretor os caçou com cavalos e cães. Os que conseguiram escapar se estabeleceram na cidade do Rio de Janeiro, onde passaram a trabalhar como mascates e cozinheiros. Os que permaneceram continuaram a se queixar de maus-tratos. Em 1819, eles reivindicaram que um dos trabalhadores que falava chinês e português fosse designado intérprete oficial, recebendo um salário especial. Quando o viajante alemão Johann Moritz Rugendas chegou na propriedade real em 1835, apenas trezentos chineses ainda lá trabalhavam.

22 Rodrigues de Brito, *Cartas econômico-politicas sobre a agricultura, e commercio da Bahia*, p.35.
23 Von Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, II, p.267.
24 Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*.
25 Darwin, *Charles Darwin's Beagle Diary*, p.67-8.

Profundas divergências quanto à relação entre imigração e identidade nacional embutiam-se na polêmica sobre a mão de obra chinesa travada em meio às elites brasileiras. Os favoráveis à imigração insistiam no aumento da produção econômica, enquanto seus oponentes temiam a "poluição" social. Ambos os lados contavam com intelectuais, grandes fazendeiros e políticos de grande influência, entre eles Quintino Bocaiúva, futuro presidente do poderoso Partido Republicano do Rio de Janeiro; o senador Alfredo d'Escragnolle Taunay (mais tarde, dirigente da Sociedade Central de Imigração); o empreendedor e industrial progressista Irineu Evangelista de Sousa (o Barão de Mauá); o político liberal e presidente da Província do Rio de Janeiro João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (mais tarde nomeado primeiro-ministro); e os políticos abolicionistas André Rebouças e Joaquim Nabuco, para citar apenas alguns. O grupo "contrário" reunia nacionalistas/racistas fervorosos, que afirmavam que os chineses eram biologicamente degenerados; abolicionistas que temiam que os trabalhadores chineses viriam a se converter em uma classe de neoescravos, e alguns grandes proprietários de terras que acreditavam firmemente que apenas os africanos eram biologicamente adequados ao trabalho estafante da grande lavoura. O lado "favorável" incluía latifundiários que queriam substituir os escravos africanos por um grupo mais barato e mais dócil; outros que acreditavam que, mais que os africanos, os chineses eram adequados ao trabalho agrícola e tornariam o Brasil mais competitivo no mercado internacional; e abolicionistas que confiavam em que a mão de obra chinesa contratada representaria um passo adiante no caminho para um regime plenamente assalariado. Nenhum dos lados prevaleceu e, ao longo do século XIX, a polêmica sobre a imigração continuou.

Conclusão

As posturas firmadas no debate sobre a imigração chinesa ganharam ressonância com o fim da influência napoleônica em Portugal, em 1815. No entanto, nem a Coroa nem seus subordinados tinham qualquer intenção de voltar para o centro metropolitano estagnado de Lisboa. No que certamente foi a revolução mais tediosa de todos os tempos, a independência

brasileira foi proclamada em 1822. O filho mais velho e herdeiro de D. João VI de Portugal era agora Pedro I, imperador do Brasil. Tanto ele quanto seu filho, que viria a se tornar o imperador D. Pedro II, viam como problemática a composição racial e étnica (ambos os termos eram usados na época) de sua nova nação. Em sua opinião, como na de muitos outros integrantes da florescente elite brasileira, escravos, povos indígenas, negros libertos e mestiços, muitas vezes chamados de pardos, nunca viriam a constituir um país moderno. Os africanos, trazidos à força para o Brasil para viver no cativeiro, representavam quase 30% da população. O explorador alemão Alexander von Humbolt forneceu estatísticas deprimentes em suas estimativas demográficas datadas de 1825: o Brasil, segundo seus cálculos, contava com 1.960.000 negros, 1.120.000 pardos e índios e apenas 920.000 brancos.

Os dois Pedros foram imperadores de um imenso território. Seus quase 8,5 milhões de quilômetros quadrados abrigavam apenas 4 milhões de habitantes, fazendo o país parecer praticamente desabitado. Colonizar as áreas de fronteira com imigrantes, na opinião dos governantes, garantiria a estabilidade territorial, evitando que a Argentina e o Uruguai, países com os quais o Brasil mantinha relações belicosas, tentassem se apossar de território brasileiro. Tal como seu pai, Pedro I acreditava que um regime de pequenas propriedades cultivadas por imigrantes transformaria o país em termos culturais e econômicos, diminuindo o impacto do que pareciam ser latifúndios improdutivos. Em sua opinião, e também na de muitas lideranças políticas e econômicas dos 150 anos que se seguiram, o Brasil tinha que se recriar como uma nação assemelhada à Europa.

O primeiro passo foi a abertura dos portos brasileiros, em 1808, que trouxe um grande número de estrangeiros às cidades costeiras e às áreas rurais a elas vinculadas. As razões que trouxeram os recém-chegados ao Brasil não eram as esperadas e, como observou Roderick Barman:

> Se alguns vieram em busca de fortuna, muitos italianos e franceses eram radicais políticos que abandonaram sua terra natal para escapar ao castigo das monarquias restauradas. Interagindo com seus pares brasileiros em todos os níveis da sociedade urbana, da gente comum aos altos funcionários, os

imigrantes estrangeiros agiram tanto como porta-vozes de novas ideias quanto como fornecedores da literatura mais atual, tanto cultural quanto política.[26]

Embora a imigração e a colonização fossem as maiores prioridades, os dirigentes do império fizeram do catolicismo romano a religião oficial. No entanto, muitos dos imigrantes em potencial eram protestantes e viam com preocupação a possibilidade de se estabelecerem em um país onde a prática pública de sua religião era ilegal. A existência de uma religião oficial, entretanto, não significava que o império exigisse o catolicismo como condição para o ingresso. D. João providenciou um pastor protestante para os colonos de Nova Friburgo e, em 1824 o governo imperial passou a subsidiar a entrada de imigrantes protestantes da Europa Central, a maioria deles camponeses pobres e soldados fugindo das consequências das guerras napoleônicas. Embora tendo que praticar sua religião privadamente, muitos camponeses protestantes se estabeleceram no sul do Brasil. No tempo do império, as preocupações quanto à religião dos imigrantes se limitavam a uma simples distinção bipartida entre cristãos católicos e cristãos não católicos. A chegada de muçulmanos, budistas, hindus, confucianos ou judeus raramente era levada em conta. Para grande parte da elite brasileira, os imigrantes não católicos eram protestantes e, antes da década de 1880, eles, de modo geral, tinham razão.

À medida que o século XIX avançava, a postura das elites quanto à imigração mostrava uma área consensual e duas áreas polêmicas. Todos concordavam que o Brasil teria que alterar a composição racial de sua população, de mais negra para mais branca, ideia essa às vezes expressa como uma guinada da África à Europa. As diferenças se referiam a como definir branquidão e como a mão de obra imigrante seria integrada ao contexto da escravidão. Os grandes proprietários de terras e seus aliados políticos temiam que grandes números de pequenos agricultores viessem a gerar competição. De modo geral, eles eram de opinião de que os imigrantes deveriam substituir os escravos apenas nominalmente. Para boa parte da elite, o branqueamento era uma maneira de pintar a população brasileira de

26 Barman, *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*, p.56.

uma cor diferente sem alterar as hierarquias de poder. Havia, entretanto, liberais, tanto na Corte quanto, posteriormente, no Brasil independente, que eram de outra opinião. Eles viam as grandes propriedades agrícolas como um problema. Os imigrantes estabeleceriam pequenas propriedades independentes, diminuindo assim o poder dos latifundiários. Para esses liberais, a branquidão estava ligada ao capitalismo e ao progresso. Foi a tensão entre essas posturas opostas que recriou o Brasil como uma "nação de imigrantes".

emigração. Outros tantos não tiveram sorte com as famílias, vendo-se no meio do desolamento. Muitos morreram de paixão. É preciso pensar seriamente antes de empreender a longa viagem, porque facilmente se arruína. Não aconselho ninguém a partir quando não se é chamado por parentes.

Aqui a religiosidade é pouca. Nós estamos longe da igreja da cidade, como de Feletto a Conegliano. Dois ou três de nós vamos às festas, quando o tempo ajuda. Se chove, ninguém vai.

Em São José há um só padre e uma só missa. Depois da missa, a igreja se fecha e ninguém pode mais entrar. Quando o padre vai a algum lugar vizinho, ganhando 50 florins, ele deixa a cidade sem missa, mesmo em dia de festa. Quando morre alguém, precisa-se levá-lo à igreja, pagando-se pela bênção 10 florins. Para limpar um relógio, Luís pagou 10 liras italianas; para fazer um terno, 30; e para arrancar três dentes, 30. Tudo muito caro! [...].

Seu amigo,
Manzoni, Giuseppe

(Giuseppe Manzoni foi colono em uma fazenda próxima a São José do Rio Pardo, estado de São Paulo. Cerca da metade da população da região, de 24 mil, veio da Itália. Ele enviou essa carta a seu ex-professor na cidade de Feletto, em Treviso, Itália, em 11 de março de 1899, quando o Brasil estava imerso na agitação política que levaria à proclamação da República, em 1889. O texto original pode ser encontrado em Emilio Franzina, *Merica! Merica!: emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina 1876-1902*. Milão: Feltrinelli economica, 1979, p.174-5.)

4.
A criação das identidades euro-brasileiras

GALEGO: "Estrangeiro, gringo, bicho d'água".

Felisbelo Silva (investigador de polícia), *Dicionário de gíria: gíria policial, gíria humorística, gíria dos marginais*, p.62

Uma das grandes histórias da invenção das identidades nacionais veio na forma de um diálogo que provavelmente nunca ocorreu. "Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos", disse (ou teria dito) Massimo D'Azeglio, um estadista e escritor aristocrata, a Giuseppe Garibaldi, um outro estadista cujas proezas militares abrangeram da Itália ao Uruguai e Brasil. No entanto, esse "italiano", como também as outras identidades nacionais que tomaram forma nos séculos XIX e XX, não eram geradas apenas nos países de origem, mas também no exterior. Os imigrantes com destino às Américas não chegaram ao novo continente já rotulados como italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, sírios ou coreanos. Eles se converteram nos agentes que imbuíram esses termos de novos significados. No Brasil, como em outros países, as novas identidades nacionais eram apenas uma das características pelas quais as pessoas definiam a si próprias, juntamente com região, classe, religião e gênero.

A criação de novas identidades foi apenas uma das experiências dos imigrantes brasileiros. Outra foi a discriminação social, cultural e racial, o que levou muitos a tentarem se apartar dos afro-brasileiros com quem compartilhavam ambientes de trabalho, moradia e convívio social. Os imigrantes europeus temiam ser colocados na categoria racial de não brancos e, com

frequência, tratavam com desrespeito os afro-brasileiros, atitude essa de que os negros se ressentiam. As relações dos imigrantes com os brasileiros natos significavam que a condição de branco, mesmo que não fosse um componente importante da identidade nacional em seu local de origem, assumia grande importância no Brasil. A constante tensão entre os imigrantes, seus patrões e os brasileiros não brancos se mesclava com identidades inspiradas no Velho Mundo.

A imigração proveniente do Sul da Europa resultou de dois processos associados. Um deles foi a pobreza e as pressões demográficas. O outro foi o fim da escravatura no Brasil, aliada à intenção dos proprietários de terras e políticos brasileiros de usar trabalhadores europeus mal remunerados como parte de seu projeto nacional de embranquecimento. Os desafios trazidos pelos europeus do Sul à identidade nacional brasileira do século XIX e inícios do século XX foram bem diferentes dos suscitados pelos imigrantes inesperados que encontraremos no Capítulo 5, como os árabes e os judeus. Embora os imigrantes europeus se esforçassem ao máximo para reforçar a linha demarcatória da cor que os classificava como "brancos", o fato de serem vistos como "desejáveis" tinha também suas desvantagens. O presente capítulo, portanto, enfoca as experiências das três maiores "colônias" brasileiras – as da Itália, Portugal e Espanha – com o objetivo de ilustrar os diferentes aspectos da experiência imigrante em geral.

Assentamento rural e militância política: a imigração italiana

Os italianos representaram mais de 30% das entradas no Brasil entre 1872 e 1972. Em 1920, mais de 35% de todos os estrangeiros residentes no Brasil eram originários da Itália. Embora a maioria dos italianos tenha se estabelecido em São Paulo, contingentes significativos podiam ser encontrados no Paraná, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, no sul do país. Atualmente, 60% da população do estado do Espírito Santo é de ascendência italiana, o maior percentual de todo o Brasil. Os recém-chegados da Itália passaram por uma vasta gama de experiências que os historiadores podem recuperar e analisar por meio das fontes mais diversas, desde cartas pessoais até artigos publicados na imprensa ítalo-brasileira. Sabemos muito

também sobre as reações oficiais, uma vez que a Itália, fortemente interessada em manter esse fluxo para o Brasil, por diversas vezes enviou diplomatas às fazendas com a missão de relatar e tentar influenciar o tratamento dado aos imigrantes, e também o comportamento destes. Os proprietários de terras e os políticos brasileiros dedicavam-se, principalmente, a incentivar a produção e reprimir qualquer forma de agitação.

Esses números tiveram um enorme impacto cultural. Costuma-se dizer que a palavra italiana *ciao* (significando tanto olá quanto até logo) transformou-se no *tchau* brasileiro. A cidade de São Paulo se gaba de possuir 1,5 mil restaurantes italianos, de simples cantinas a tratorias elegantes. Diz-se que os moradores da cidade consomem 1 milhão de pizzas a cada dia e, anualmente, muitos restaurantes comemoram o Dia da Pizza servindo pizzas pela metade do preço, data essa associada também à celebração da fracassada Revolução Constitucionalista de 1932, quando o estado de São Paulo se insurgiu contra o governo federal. O historiador Glen Goodman relata que, no Rio Grande do Sul, os restaurantes alemães explicam pratos como o *knödel* descrevendo-os como "parecidos com nhoque", a massa de batata de origem italiana. Fazendo longas filas à porta dos seis consulados da Itália, brasileiros tentam, com base em sua ascendência, obter passaportes italianos que lhes confeririam cidadania na União Europeia, com todas as vantagens trabalhistas e culturais decorrentes.

Da mesma forma que todas as histórias de imigrantes, esta começa no exterior. Entre 1875 e o início da Primeira Guerra Mundial, grandes levas deixaram a Itália. A maioria vinha do campo e passava por grandes dificuldades causadas pela concorrência mundial e por uma política monetária que empobrecera a população. A distribuição da terra agravava ainda mais a situação: os latifúndios caracterizavam-se por proprietários ausentes, tecnologia obsoleta e baixa produtividade, enquanto os minifúndios eram pequenos demais para sustentar sequer uma família. A reação de muitos foi emigrar.

Cerca de 8,8 milhões de italianos se estabeleceram em apenas três países: os Estados Unidos (5 milhões), a Argentina (2,4 milhões) e o Brasil (1,4 milhões). Muitos imigrantes iam e retornavam regularmente. Alguns simplesmente porque se sentiam insatisfeitos com qualquer país onde viessem

a se estabelecer.[1] Para outros, as transições representavam uma tentativa de tirar partido das oportunidades sazonais de trabalho. Em nenhum lugar isso ficou mais claro que na Argentina. Lá, metade do total da imigração italiana correspondia a migrantes temporários que iam trabalhar na estação da colheita do Hemisfério Sul. Apelidados de *golondrinas* (andorinhas), eles cruzavam de volta o Atlântico para trabalhar na colheita da Europa.

A imigração italiana para as Américas teve dois momentos distintos. De 1876 a 1900, imigrantes do Norte da Itália, em especial da região do Vêneto, que então passava por uma crise agrícola, se dirigiram em grandes levas para o Brasil e a Argentina. Os primeiros a chegar espalharam-se por todo o Brasil e tornaram-se pequenos proprietários de terras, enquanto praticamente todos os que chegaram após 1880 foram trabalhar como colonos nos cafezais paulistas, então em franca expansão. De 1901 até a Primeira Guerra Mundial, a maioria dos migrantes vinha do Sul da Itália, dirigindo-se em massa para os Estados Unidos, onde encontraram emprego como operários industriais e trabalhadores não qualificados (ver os totais na Tabela 4.1).

Tabela 4.1. Estabelecimento permanente de italianos nas Américas (entradas menos saídas)

Datas	Origem	Brasil	Argentina	Estados Unidos
1876-1900	Norte	561.756	519.034	99.023
1876-1900	Sul	252.632	282.328	673.769
1901-1913	Norte	137.961	445.780	678.361
1901-1913	Sul	255.201	505.190	2.486.590
Subtotais	Norte	699.717	964.814	777.384
Subtotais	Sul	507.833	787.518	3.160.359
TOTAL		1.207.550	1.752.332	3.937.743

Fonte: Jorge Balán, *International Migration in the Southern Cone*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1985, p.97.

1 Baily; Franco Ramella, *One Family, Two Worlds: An Italian Family's correspondence across the Atlantic, 1901-1922*.

As diferenças de classe social entre as populações que emigraram para o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos ficam evidentes nas remessas de dinheiro que os residentes estrangeiros enviavam a suas famílias na Itália. Por diversas razões, essas remessas são importantes para a compreensão da vida dos imigrantes. Em primeiro lugar, poupar para remeter dinheiro era (e continua sendo) o principal objetivo dos que acreditam que um dia acabariam por voltar para casa. Quando os imigrantes passam a imaginar um futuro em sua nova pátria, contudo, as remessas costumam diminuir. Em segundo lugar, as remessas estão associadas a fatores econômicos globais e nacionais, como o valor da moeda em diferentes países. Nesse sentido, as remessas representam decisões de investimento baseadas no cálculo do que o dinheiro poupado em um país conseguiria comprar em outro. Por fim, as remessas são culturais, porque algumas pessoas e grupos dão maior prioridade à poupança.

Os estudiosos do assunto conseguiram obter muita informação sobre as remessas a partir dos registros sobre os imigrantes italianos. Sabemos, por exemplo, que o dinheiro enviado do Brasil para a Itália era pouco em termos *per capita*, se comparado ao enviado dos Estados Unidos. Sabemos também que entre 1884 e 1899, o valor das ordens de pagamento provenientes da Argentina e sacadas na Itália era maior que o valor correspondente ao Brasil. No entanto, entre 1900 e 1914 verificou-se uma inversão e, em alguns anos, os valores *per capita* enviados do Brasil eram 70% maiores que os enviados de sua vizinha do sul.[2] Como explicar essas diferenças? Uma interpretação é que as modestas quantias enviadas do Brasil refletem uma menor poupança causada pelos baixos salários. Uma outra interpretação é que as menores remessas apontam para maiores investimentos no Brasil, em comparação com o que ocorreu na Argentina e nos Estados Unidos, onde os maiores salários fizeram com que os imigrantes acreditassem que poderiam voltar mais ricos para a Itália.

2 Dean, *Remittances of Italian immigrants: From Brazil, Argentina, Uruguay and U.S.A., 1884-1914*, p.4-8; Tabela 2, p.5.

Figura 4.1. Imigrantes italianos colhendo café no Núcleo Colonial Monção, no centro-oeste do estado de São Paulo (por volta de 1910). Do acervo fotográfico Gaelzer-Neto, VI, São Paulo – Landw. Produkte, Fazendas. Usado com permissão do *Ibero-Amerikanisches Institut* Preussischer Kulturbesitz (Berlim).

Ao início da Primeira Guerra Mundial, mais de 1,2 milhões de italianos haviam-se estabelecido no Brasil. A maioria deles vinha das camadas mais pobres da sociedade italiana, tendo suas passagens sido subsidiadas pelo estado de São Paulo, que concentrava recursos orçamentários no uso da imigração como reforço à economia cafeeira (ver Figura 4.1). As experiências dos italianos nas fazendas ressaltam as discrepâncias entre o que foi dito aos possíveis imigrantes e o que eles de fato encontraram ao chegar. Como vimos repetidamente, as fontes oficiais com frequência forneciam informações enganosas sobre salários, tratamento e oportunidade de aquisição da propriedade da terra. Embora boa parte dessas informações partisse de fontes brasileiras, as empresas de navegação tinham interesse em promover as migrações porque auferiam bons lucros com cada passageiro.

O presidente da Sociedade Central de Imigração, Alfredo d'Escragnolle Taunay, queixou-se de que era comum que os imigrantes chegassem com passagens carimbadas por agentes europeus trazendo os seguintes dizeres: *Ogni coloni avra diritto a sei mesi di vitto e d'allogio gratis!* [Todos os colonos terão direito a seis meses de alimentação e alojamento gratuitos].[3]

Mesmo os imigrantes que não se deixaram enganar por agentes inescrupulosos ficavam chocados com as condições nas fazendas. (Ver Documento 4.1. Relatório de um funcionário consular italiano após visita a um assentamento de imigrantes italianos na Bahia, em 1907, no Apêndice do presente capítulo.) Aspectos tradicionais da vida social pré-migratória, como mercados e festas, eram raros nas fazendas, o que costumava fazer com que os imigrantes se sentissem deslocados. Esse sentimento era exacerbado pelo baixo número de instituições religiosas e educacionais acessíveis aos trabalhadores rurais. Os colonos muitas vezes viviam nas antigas senzalas deixadas vagas pela abolição ou em pequenas casas toscamente construídas, com chão de terra batida. Michael Hall sugeriu que, embora os imigrantes talvez se alimentassem melhor no Brasil que na Itália (isto é, tinham uma maior ingestão calórica), as condições de saúde em geral eram precárias.[4] A situação era agravada pela falta de médicos (1 para 5 mil habitantes, na melhor das hipóteses). Quando existente, o atendimento médico era tão caro que a família tinha que escolher entre uma consulta médica ou a perda da totalidade de sua poupança. Alcoolismo e doenças mentais eram visíveis entre os trabalhadores das fazendas, e, como a maioria dos colonos era italiana, criou-se um estereótipo de instabilidade emocional que estigmatizou até mesmo seus descendentes.

Tensões e estereótipos de si mesmo e do "outro" faziam da violência um aspecto comum na vida cotidiana. Acontecia de os imigrantes atacarem os proprietários de terras e seus representantes e vice-versa. A violência, entretanto, era mais comum entre os imigrantes e os naturais da terra. (Ver Documento 4.2. Registro de ocorrência policial sobre um choque violento entre

3 Laërne, *Brazil and Java*, p.137.

4 Hall, *The Origins of Mass Immigration to Brazil, 1817-1914* (Tese de doutoramento não publicada), p.135-6.

um pedreiro brasileiro e um mascate italiano, 1895, no Apêndice.) O sociólogo Karl Monsma relata o ocorrido em uma festa religiosa na cidade de São Carlos, estado de São Paulo, com grande população de imigrantes da Itália, Espanha e Portugal. Um dia, Gaspar Sabino, imigrante italiano, esbarrou em Heitor Rodrigues da Silva, um brasileiro descrito pela polícia como "mulato", em uma igreja. Gaspar zangou-se quando Heitor tentou ajudá-lo a recuperar o equilíbrio, dizendo "Não sou bêbado nem louco, [por isso você] não precisa me segurar". A discussão continuou com insultos verbais e terminou com Heitor esfaqueando Gaspar nas costas.[5]

O controle social era a norma, e era comum que os trabalhadores das fazendas sofressem castigos não muito diferentes dos infligidos aos escravos. As horas de sono eram rigidamente controladas por um sino conhecido como o *silenzio*, e os proprietários puniam os infratores. Os fazendeiros "avançados" usavam multas em dinheiro, enquanto os mais tradicionais aplicavam castigos físicos àqueles cujas luzes continuassem acesas após o toque do sino. Os que adoeciam e faltavam ao trabalho eram descontados no pagamento e também multados. Os fazendeiros também se beneficiavam com as vendas da fazenda, onde gêneros de baixa qualidade eram vendidos a preços absurdamente altos. Embora a maioria dos contratos permitisse que os imigrantes cultivassem uma horta e criassem animais em suas horas livres, o excedente só poderia ser vendido ao fazendeiro, geralmente por preços bem inferiores a seu valor de mercado. Como os fazendeiros se recusavam a pagar em dia os salários, a carga das dívidas só fazia aumentar: uma estimativa realizada em 1902 pelo governo italiano sugeria que 60% dos fazendeiros estavam atrasados com os pagamentos.[6] Os proprietários culpavam os preços do café, mas nem os tempos de bonança faziam com que os salários fossem pagos em dia, e os atrasados raramente apareciam.

5 Monsma, Symbolic Conflicts, Deadly Consequences: Fights between Italians and Blacks in Western São Paulo 1888-1914, *Journal of Social History*, v.39, n.4, verão de 2006, p.1123-52; trecho citado, p.1123-4. Publicado em português como Monsma; Ferreira; da Silva, Imigração e violência racial: italianos e negros no Oeste Paulista, 1888-1914, *Impulso*, Piracicaba, v.15, n.37, 2004, p.49-60.

6 Hall, *The Origins of Mass Immigration to Brazil*, p.132.

Os maus-tratos infligidos aos colonos europeus enfatizam a discrepância entre as políticas de incentivo à imigração de trabalhadores assalariados livres e independentes e a preferência dos fazendeiros pelo trabalho subserviente. Embora os italianos não fossem escravos, essa comparação não escapava a comentaristas da época. O cônsul italiano em São Paulo escreveu, em 1893, em um relatório que a "aparência distinta" dos fazendeiros não conseguia ocultar o "velho proprietário de escravos e senhor feudal, cônscio de ser o senhor absoluto em suas terras, onde sua vontade era a única norma de conduta".[7]

Os italianos, como todos os outros imigrantes, e os escravos antes deles, opunham resistência a esses maus-tratos. Se os escravos, por meio de revoltas, haviam, em grande medida, criado as condições para sua própria libertação, o mesmo fizeram os imigrantes, embora enfrentar as muitas injustiças não fosse tarefa fácil. Os abusos físicos e financeiros perpetrados pelos proprietários das fazendas muitas vezes não lhes traziam qualquer consequência. Os imigrantes que tentavam reagir por meios legais logo se davam conta de que suas queixas custavam caro. No entanto, sua situação precária não passava desapercebida. Em 1902, o diretor-geral para a imigração da Itália promulgou o "Decreto Prinetti", que proibia os navios de levarem trabalhadores subsidiados ao Brasil.[8] Os trabalhadores, por sua vez, muitas vezes agiam por conta própria. Muitos fugiram das fazendas com destino a áreas urbanas, onde as famílias estavam mais a salvo de maus-tratos físicos, as crianças tinham acesso à educação e havia instituições culturais e religiosas. Nas cidades, as probabilidades de uma ascensão social rápida era maior, e as remessas monetárias fornecem um indício importante: um número muito maior de remessas (em termos absolutos) foram feitas para a Itália por imigrantes italianos residentes na cidade do Rio de Janeiro do que pelos que trabalhavam nas fazendas paulistas, apesar do menor tamanho da população italiana do Rio.[9]

7 A. L. Rozwadowski, cônsul italiano em São Paulo. Itália, Ministero degli Affari Esteriori, *Emmigrazione e Colonie; Rapporti di Agenti Diplomatici e Consolari*, 1893, p.166, citado em Hall, *The Origins of Mass Immigration to Brazil*, p.123.

8 Alvim, *Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*, p.53.

9 Dean, *Remittances of Italian Immigrants*, Tabela 5, p.9.

Embora a maioria esmagadora dos imigrantes italianos trabalhasse como mão de obra nas fazendas, havia outros modelos de assentamento. Em 1870, foram estabelecidas as primeiras colônias italianas do Rio Grande do Sul, usando o modelo da Sociedade Privada de Colonização discutido no Capítulo 3. Em menos de uma década, 10 mil recém-chegados haviam se instalado no que mais tarde viriam a ser as cidades de Garibaldi (em homenagem ao estadista italiano), Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Até fins do século, mais 80 mil outros italianos se juntariam a eles. Ao contrário dos alemães que, tempos antes, haviam se estabelecido no estado, os imigrantes italianos, quase todos católicos, podiam praticar abertamente sua fé. Da mesma forma que os alemães, os italianos reformularam determinados aspectos de sua produção e os comercializaram no Brasil. O exemplo italiano mais famoso é o vinho. Embora o cultivo de uvas já existisse na região – as missões jesuítas ensinaram os índios guaranis a plantar uvas ainda no século XVII, e os alemães vinham fabricando vinho desde sua chegada –, foram os italianos que passaram a comercializar o produto.

A maioria dos imigrantes, fossem eles trabalhadores contratados pelas fazendas ou agricultores independentes, era pobre e precisava trabalhar a terra para garantir sua subsistência. Mas isso nem sempre acontecia. Alguns imigrantes italianos chegaram com pouquíssimo dinheiro para investir, e há uma correlação direta entre o sucesso econômico rápido e o trabalho *não* ligado à agricultura. Os imigrantes e seus descendentes eram desproporcionalmente representados na incipiente classe média brasileira, em geral pelos grupos não vinculados à terra, principalmente árabes e judeus. Muitos imigrantes bem-sucedidos começaram com um comércio rural móvel, primeiro como mascates, o que frequentemente levava à abertura de lojas e, mais tarde, de fábricas, como discutiremos em maiores detalhes no Capítulo 5.

Em 1920, o grosso da indústria paulista era de propriedade de imigrantes ou de seus descendentes, o que, entretanto, dissimula o fato de que a maioria dos imigrantes não ascendeu econômica ou socialmente. Os observadores tinham razão quando culpavam os fazendeiros, e um observador italiano, em 1922, descreveu o típico proprietário de terras como:

> desprovido de qualquer senso empresarial e sempre atrasado no pagamento dos salários por falta de dinheiro, e quando há dinheiro ele o esbanja, ele adora viajar e se encanta com a vida urbana, adora festas, champanhe e, acima de tudo, mulheres... Ele é bajulador e brutal, desconfiado e hospitaleiro, perdulário e avarento, cavaleiro e jesuíta, sua psicologia é o resultado de muitos sangues diferentes, e o contato com muitas raças o faz oscilar entre a mata virgem e Paris.[10]

Os imigrantes italianos que conseguiram abandonar o trabalho agrícola, em geral, alcançaram sucesso. Em São Paulo, alguns imigrantes se tornaram pequenos comerciantes, ou porque trouxeram algum dinheiro ou porque estavam entre os poucos que tiveram a sorte de poupar o suficiente para deixar a fazenda ao fim de seu contrato. Outros se tornaram pequenos proprietários de terras, e uma estimativa datada de 1905 sugere que os italianos eram proprietários de 14% das terras do estado de São Paulo. Alguns chegaram a se tornar industriais. O mais famoso deles foi Francesco Matarazzo, um jovem empreendedor que emigrou para o Brasil em 1881, após ter tido notícias de que naquele país da América do Sul era possível fazer fortuna. Ao chegar, ele tinha dinheiro suficiente para abrir uma pequena loja e, em 1910, já chamado Francisco, era dono de uma fábrica que, durante a Primeira Guerra Mundial, se expandiu e diversificou, indo dos têxteis ao petróleo.[11]

Um exemplo diferente é o caso de Giuseppe Giacomo e Luigia Carolina Zanrosso Eberle que, em 1884, chegaram ao Rio Grande do Sul com quatro filhos, fixando-se na região que viria a se tornar Caxias do Sul. Dois anos após sua chegada, Giuseppe comprou uma pequena metalúrgica, mas como queria continuar trabalhando na terra, colocou o negócio em mãos de sua mulher de 32 anos, conhecida pelo apelido de Gigia Bandera. Ela foi

---

10 Peviani, *L'attuale problema italo-brasiliano* (1922), citado em Aliano, Brazil Through Italian Eyes: The Debate over Emigration to São Paulo during the 1920s, *Altreitalie: Rivista Internazionale di Studi sulle Migrazioni Italiane nel Mondo* (jul.-dez. 2005), p.87-107; trecho citado, p.93.

11 A ascensão de Matarazzo a uma posição de proeminência é contada em Warren Dean, *The Industrialization of São Paulo*. Publicado em português como Dean, *A industrialização de São Paulo*.

uma empreendedora de sucesso, fazendo crescer a linha de produtos para incluir peças de cobre e pequenas máquinas que não eram fáceis de encontrar no Brasil. Entre 1886 e 1896 ela teve mais seis filhos e, por fim, entregou o negócio a seu filho mais velho, que o expandiu para incluir produtos como lâmpadas de querosene e cutelaria. Em meados da década de 1920, a empresa, agora chamada Abramo Eberle e Companhia, produzia pequenas armas (como facas) para as Forças Armadas e, na década de 1930, começou a produzir motores elétricos. Em meados da década de 1980, uma outra indústria fundada por um imigrante, o grupo Zivi-Hércules (fundada como cutelaria de produtos de aço inoxidável por um judeu alemão, também imigrante) comprou a Eberle e Companhia, criando o que é hoje a empresa Mundial.[12]

Nas primeiras décadas do século XX, à medida que os imigrantes italianos passavam a se mudar para as cidades e ascender socialmente, novos aspectos da nossa história vieram à tona. Um dos mais importantes diz respeito à imprensa. A história do *Fanfulla*, um jornal ítalo-brasileiro fundado em 1894, é reveladora. O jornal começou como um pequeno folheto de quatro páginas. Em 1910, sua tiragem atingiu 15 mil exemplares, inferior apenas à do *O Estado de S. Paulo*, com 20 mil. Em 1915, quando a população paulistana de origem italiana era de aproximadamente 150 mil (cerca de 35% da população), o *Fanfulla* tinha 12 páginas e uma circulação de 30 mil exemplares, tornando-o o segundo maior jornal de todo o estado de São Paulo. O *Fanfulla* manteve sua circulação mesmo depois de passar a publicar um maior número de artigos em português, e seus prelos só pararam definitivamente em meados da década de 1960.

O enfoque que o *Fanfulla* dava às notícias refletia inúmeros aspectos da experiência imigrante. Da mesma forma que a maioria dos jornais étnicos das Américas, sua língua mudou com o tempo, do italiano para um italiano abrasileirado e, finalmente, para o português. Desde o início, os anúncios eram em português e italiano, sugerindo que os brasileiros não italianos viam os imigrantes como parte de um mercado nacional que usava a língua

12 Lazzarotto, *Pobres construtores de riqueza: absorção da mão de obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle, 1905-1970*.

dominante. Esse fenômeno não ocorreu apenas porque o italiano e o português são línguas latinas e, até certo ponto, mutuamente compreensíveis. O mesmo ocorreu com a imprensa brasileira em língua japonesa, ídiche e árabe. Os anúncios ajudavam os imigrantes a conservar parte de sua cultura pré-migratória ao promoverem produtos "italianos", introduzindo comidas, roupas e diversões que os ajudavam a se tornarem "brasileiros". Produtos como máquinas de costura, máquinas de fazer gelo e vitrolas faziam parte de um desejo de modernidade mais amplo, que existia em escala global. Os anúncios de bebidas finas e viagens de férias falavam de ascensão econômica e social.

Os anúncios do *Fanfulla* se dirigiam ao sonho imigrante de bens de luxo e lazer. O conteúdo editorial, contudo, enfocava a realidade. Os artigos tratavam da vida nas fazendas e de movimentos trabalhistas. Muitos deles, embora usando outros termos, falavam às ideias de diáspora e transnacionalismo. A vida dos italianos na Argentina e os preços das passagens de volta à Itália eram temas constantes.

É irônico que os mesmos jornais que ensinaram os italianos a se comportarem como brasileiros (para o bem ou para o mal) tenham-se tornado um foco do crescente sentimento anti-imigrante que surgiu no Brasil após a Primeira Guerra Mundial. Alguns integrantes da classe dominante afirmavam que os italianos estavam trazendo o fascismo para o Brasil, opinião essa repetida na imprensa convencional. Em fins de 1928, um grupo de estudantes de direito destruiu um jornal imigrante de inclinação fascista, o *Il Piccolo*. O *Fanfulla*, apesar de não ter uma orientação fascista, também foi ameaçado. Quando a agitação se espalhou, mil policiais foram colocados nas ruas de São Paulo, e a cavalaria entrou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Duas mil pessoas acabaram presas. Embora o fascismo de fato assustasse setores das classes dominantes, era frequente que essa preocupação servisse para disfarçar uma xenofobia crescente associada à chegada dos imigrantes. Um editorial do jornal brasileiro *Diário Nacional* resumia algumas dessas posturas:

> A exaltação do sentimento do italianismo é levada ao extremo, a ponto de causar uma deplorável irritação entre italianos e brasileiros, que serve de base a um

provável e fatal conflito de consequências imprevisíveis... É nesse conflito entre italianos e brasileiros que vemos como extremamente perigosa a atividade fascista no Brasil.[13]

Um aspecto importante da vida dos imigrantes em geral era a competição entre grupos. A maioria dos imigrantes acreditava representar um grupo superior aos demais, e as relações interétnicas frequentemente eram de extrema rispidez. As expressões da identidade ítalo-brasileira, como as das demais identidades euro-brasileiras que começaram a surgir em fins do século XIX, geralmente depreciavam os afro-brasileiros. O *Fanfulla* costumava apresentar os imigrantes italianos como superiores aos brasileiros "típicos", criando assim novas categorias raciais, étnicas e nacionais. A professora de literatura May Bletz chama a atenção para um artigo publicado em 23 de julho de 1923 no *Fanfulla*, descrevendo as vítimas de um confronto com trabalhadores descritos pelo jornal como "brasileiros", "ítalo-brasileiros" ou "negros".[14] Os jornais italianos no Brasil, em 1908, atacavam também os imigrantes japoneses, chamando-os de "perigo amarelo", ecoando sentimentos abertamente expressos em outros meios.

Um setor onde esse antagonismo era particularmente visível era o dos esportes. Os imigrantes europeus já vinham jogando futebol informalmente e organizando times ligados às suas regiões de origem, mas a história oficial diz que esse esporte chegou ao Brasil trazido por um estudante de nome Charles Miller, que havia vivido grande parte de sua vida na Inglaterra. Isso fez do futebol um esporte de "elite", e sua origem estrangeira lhe conferia uma certa distinção. Como importação europeia, o futebol era visto por muitos brasileiros como sendo moderno. Jogando futebol, os imigrantes não apenas reafirmavam sua brasilidade "melhor", como também criavam vínculos de coesão étnica.

Os clubes de futebol mais famosos eram o Cruzeiro, de Belo Horizonte, o Palestra Itália Futebol Clube, de Curitiba, e a Società Sportiva Palestra

13 Editorial do *Diário Nacional*, citado em Font, *Coffee, Contention, and Change: In the Making of Modern Brazil*, p.211.

14 Bletz, *Immigration and Acculturation in Brazil and Argentina, 1890-1929*, p.134.

Italia (hoje chamado Palmeiras), de São Paulo. Outros times representavam imigrantes portugueses e alemães. Na década de 1920, haviam sido criados times com nomes como Vasco da Gama, sediado no Rio de Janeiro e batizado em homenagem ao famoso navegador português, e Portuguesa, de São Paulo. Esses times vinculavam o esporte a diversos aspectos das novas identidades nacionais que então surgiam na Europa. O consulado italiano esperava que o nacionalismo motivasse os imigrantes a fazer remessas de dinheiro para a Itália, e contribuiu para a fundação do Palestra Italia. A Câmara Portuguesa de Comércio fundou e tornou-se sede do Portuguesa Futebol Clube, com o objetivo de aumentar seu poder na política nacional. Esses padrões repetiam-se tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades de todo o Brasil. Quatro dos doze times participantes do Campeonato de São Paulo de 1921 tinham base imigrante: o Palestra Italia, o Sírio (que foi criado décadas antes de a República Síria moderna passar a existir), o Portugesa-Mackenzie e o Germânia.

Na cidade: a imigração portuguesa

Os proprietários de terras, a princípio, viam os italianos como trabalhadores ideais. Sua enfática recusa a aceitar maus-tratos, entretanto, os tornou menos desejáveis. Eles criaram novas formas de vida étnica, social e econômica que mudaram a identidade brasileira, ao mesmo tempo que enfatizavam a branquidão e as hierarquias raciais.

No entanto, se os italianos nos ensinam sobre a vida imigrante no campo, os portugueses que vieram para o Brasil nos ensinam sobre a imigração urbana. Uma vez que era comum que os portugueses se casassem com afro-brasileiros, suas experiências mostram também como a relação entre imigração e branquidão se alterou ao longo do tempo.

A condição de ex-colônia portuguesa e a afinidade linguística foram fatores que incentivaram a imigração portuguesa. Entre 1808 e 1930, cerca de 1,11 milhão de portugueses entraram no Brasil, sendo o número de ingressos 25 vezes maior no período 1884-1930 (1.070.351) que no período 1808-1881 (42.741). Esses números tinham igual importância para Portugal, um país pequeno com uma imensa corrente emigratória. A partir de

meados do século XIX, mais de 80% de seus imigrantes se dirigiram ao Brasil, outros 14% aos Estados Unidos e apenas 2% à Argentina (ver Tabela 4.2).

Tabela 4.2. Imigração portuguesa

Datas	Brasil	Argentina (entradas/bruto)	Estados Unidos
1880-1889	104.690	1.811/1.151	15.186
1890-1899	219.253	1.653/653	25.868
1900-1909	195.586	7.633/3.709	65.154
1910-1919	318.481	17.570/9.622	82.849
1920-1929	301.915	23.406/14.628	44.829
1930-1939	102.743	10.310/3.660	3.518
1940-1949	45.604	4.230/2.061	6.765
1950-1959	241.579	12.033/8.096	13.928
TOTAIS	1.529.851	78.646/43.580	257.737

Fontes: Totais para o Brasil em Maria Stella Ferreira Levy, O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972), *Revista da Saúde Pública*, suplemento, v.8, p.49-90, 1974; Tabela 1, p.73-74; disponível nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em: http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/portugueses.html. Totais para a Argentina em Marcelo J. Borges, *Chains of gold: Portuguese migration to Argentina in transatlantic perspective*. Leiden: Brill, 2009, tabela 1.2, p.10. Totais para os Estados Unidos em *Historical statistics of the United States millennial edition online*, disponível em: http://hsus.cambridge.org/HSUSWeb/table/continuedownload.do?id=Ad106–120&changeSeries=false&isTopmostOn=true.

Até inícios do século XX, os imigrantes portugueses representavam o maior contingente de estrangeiros em duas cidades brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1890, a população do Rio de Janeiro era de 522.651, incluindo 106.461 portugueses, a maioria esmagadora dos 155.202 residentes nascidos no exterior.[15] Os imigrantes portugueses mandavam muito dinheiro para casa, uma vez que sua concentração em áreas urbanas oferecia oportunidades mais viáveis de ascensão econômica que o trabalho agrícola nas fazendas. Além disso, os imigrantes tendiam a ser homens jovens e solteiros que não tinham famílias para sustentar no Brasil, podendo assim economizar mais para as remessas. Um estudo abrangendo imigrantes italianos, espanhóis e portugueses mostra que apenas estes últimos mantiveram níveis altos de remessas, mesmo após a redução dos fluxos migratórios.[16]

15 Brazil, *Directoria Geral de Estatistica*, p.xii, xxiii, xxvii.

Os "portugueses do Brasil", como os imigrantes se chamavam e eram chamados, ilustram uma faceta importante da vida imigrante em geral: as divisões de classe. De um lado havia os comerciantes e proprietários ricos, ligados ao sistema político, e que fundaram organizações étnicas de grande influência. Algumas dessas instituições, como o Real Gabinete Português, fundado em 1837, e a Beneficência Portuguesa, fundada em 1840, diziam falar em nome de todos os luso-brasileiros, e muitas vezes faziam campanha por determinados candidatos ou apoiavam determinadas linhas políticas ("luso", como prefixo, refere-se à província romana da Lusitânia, que hoje corresponde basicamente ao Portugal moderno). A maioria dos imigrantes, entretanto, era formada de pequenos comerciantes, caixeiros e operários industriais. Eles entendiam as vantagens da solidariedade étnica e, portanto, deixavam que os portugueses mais abastados falassem por eles na esfera pública, da mesma forma que os italianos haviam feito no caso Longaretti, discutido no Capítulo 3.

Era comum que essa combinação de proeminência e proletarismo convertesse os portugueses em alvos de atenção negativa. Na década de 1830, revoltas antiportuguesas eclodiram com alguma frequência. Em meados do século, os pequenos lojistas eram atacados como exploradores pelas camadas inferiores da classe trabalhadora, que os acusavam de lucrar com o aumento dos preços resultante da prioridade então conferida à agricultura de exportação. Os comerciantes portugueses, é claro, negavam essas acusações, muitas vezes insinuando que eram mais espertos e laboriosos que seus fregueses brasileiros.[17]

Na esfera pública, os estereótipos sobre os portugueses oscilavam entre o positivo e o negativo. Muitos imigrantes eram de origem rural, mas se

16 Esteves; Khoudour-Castéras, A Fantastic Rain of Gold: European Migrants' Remittances and Balance of Payments Adjustment during the Gold Standard Period, *Journal of Economic History*, v.69, n.4, dez. 2009, p.951-5.

17 Ribeiro, *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*.

estabeleceram nas cidades brasileiras, decepcionando assim a demanda por agricultores imigrantes. Eles eram europeus, mas com frequência casavam-se com afro-brasileiras. Os ditos populares costumavam associar os portugueses aos descendentes de africanos: para "português, negro e burro, três pês: pão para comer, pano para vestir e pau para trabalhar".[18] Essa comparação entre o português branco e o afro-brasileiro levou alguns políticos e intelectuais a não verem os recém-chegados como realmente "brancos", como demonstra esse editorial de jornal:

> Se diferença se pode dar no seu físico, certo que na moralidade das ações, muitas vezes o africano excede ao português. [...] O africano, bem que de mau grado, lavra os nossos campos... o português destrói a indústria, aniquila o comércio... o africano que para cá veio é muitas vezes filho de famílias de mais ou menos representação, porque ainda reina entre eles o bárbaro costume de serem escravos os prisioneiros de guerra. O português que para aqui vem é réu de polícia, ladrão de estrada, chefe de quadrilhas, passador de papel falso, galegos que correspondem ao que chamamos negro cangueiro.[19]

Em fins do século XIX, os portugueses muitas vezes eram descritos pelas elites e pelas massas ao mesmo tempo como brancos e não brancos, como brasileiros e estrangeiros. *O cortiço*, o famoso romance de Aluísio Azevedo, deixa isso bem claro. A história tem lugar em 1870, e conta a história de três imigrantes portugueses tentando vencer na vida em um bairro pobre do Rio de Janeiro. Boa parte da ação se dá entre os imigrantes e brasileiros de ascendência africana, tanto livres como escravos.

Azevedo era um etnógrafo amador e via *O cortiço* como ficção baseada na realidade.[20] João Carlos de Medeiros Pardal Mallet, jornalista e membro

18 Cândido, *O discurso e a cidade*, p.132-3.

19 *O Povo*, 18 fev. 1849, citado em Alencastro; Hering, Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: Novais (org.), *História da vida privada no Brasil*, v.II, Império: a Corte e a modernidade nacional, p.292-335; trecho citado, p.310.

20 Chazkel, The Crônica, the City, and the Invention of the Underworld: Rio de Janeiro, 1889-1922, *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v.12, n.1, 2001, p.79-105.

da Academia Brasileira de Letras, escreveu sobre o "trabalho de campo" de Azevedo, disfarçado de morador de cortiço:

> Os primeiros apontamentos para *O cortiço* foram colhidos em minha companhia em 1884, numas excursões para "estudar costumes", nas quais saímos disfarçados com vestimenta popular: tamanco sem meia, velhas calças de zuarte remendadas, camisas de meia rotas nos cotovelos, chapéus forrados e cachimbos no canto da boca.[21]

O cortiço sugere que os portugueses (e outros imigrantes) jamais poderiam se tornar o tipo de "brasileiro" que Azevedo admirava. Ao longo de todo o romance, os personagens imigrantes são objeto de troça. Um vendedor de camarões chinês agia como criança, enquanto um personagem judeu é descrito como um feio usurário.[22] Imigração e exploração são associadas na figura de João Romão, o personagem principal. Esse imigrante português vivia com uma ex-escrava que tinha uma pequena quitanda, de cujos ganhos ele se apossava para ampliar o cortiço e seus próprios lucros. Romão era explorador em todos os sentidos:

> João Romão não saía nunca a passeio, nem ia à missa aos domingos; tudo que rendia a sua venda e mais a quitanda seguia direitinho para a caixa econômica e daí então para o banco. Tanto assim que, um ano depois da aquisição da crioula, indo em hasta pública algumas braças de terra situadas ao fundo da taverna, arrematou-as logo e tratou, sem perda de tempo, de construir três casinhas de porta e janela.
>
> Que milagres de esperteza e de economia não realizou ele nessa construção! Servia de pedreiro, amassava e carregava barro, quebrava pedra; pedra, que o

21 Mallet, *O cortiço*, *Gazeta de Notícias*, 25 maio 1890.

22 Azevedo, *O cortiço*. Traduzido para o inglês como *The Slum*, por David Rosenthal, trechos citados, p.70, 47. Uma análise da imigração e a questão da branquidão pode ser encontrada em Bletz, *Immigration and Acculturation in Brazil and Argentina*, p. 29-44.

velhaco, fora de horas, junto com a amiga, furtavam à pedreira do fundo, da mesma forma que subtrafam o material das casas em obra que havia por ali perto.
Estes furtos eram feitos com todas as cautelas e sempre coroados do melhor sucesso.[23]

Em fins do século XIX, à medida que crescia o número de imigrantes portugueses, esse estereótipo se reforçou. Ao contrário dos outros imigrantes, os portugueses não eram subsidiados e, portanto, tinham um maior grau de mobilidade e liberdade de ação do que os que se viam presos por contratos de trabalho. Essa situação costumava causar ressentimento entre as classes média e trabalhadora, e o sentimento antiportuguês se tornou uma parte importante da identidade nacional brasileira. A chamada Revolta da Armada de setembro de 1893, dirigida contra o segundo presidente do Brasil, o marechal Floriano Peixoto, levou esses sentimentos à esfera da política. Embora os motivos para a tentativa de golpe não tivessem relação com a imigração, Floriano Peixoto afirmou que os responsáveis pela revolta queriam que o Brasil reassumisse sua condição de colônia subordinada ao rei de Portugal. Outra tática usada pelo marechal e seus aliados foi caracterizar a revolta como "cosmopolitana", termo usado por muitos luso-brasileiros para insinuar que eles tinham um nível de sofisticação cultural e econômica maior que o dos demais brasileiros. Floriano Peixoto e seus partidários chegaram a espalhar boatos de que os comerciantes portugueses eram os financiadores da rebelião, embora não haja qualquer prova de que isso fosse verdade.

Os jacobinos, um movimento anti-imigrantes que ganhou influência à época da tentativa de golpe, apoiou as posturas lusofóbicas do marechal Floriano Peixoto. Os integrantes dessa facção vinham de diferentes classes econômicas e defendiam um regime central forte. Os jacobinos dirigiam grande parte de sua ira aos "galegos", como chamavam os portugueses e outros imigrantes. Como muitos dos partidários de Floriano Peixoto, eles usaram a Revolta da Armada como forma de culpar os portugueses de todas as classes pela inflação e pelo aumento do preço dos alimentos, assim eximindo de responsabilidade o governo. Eles culpavam os ricos por explorar a

23 Azevedo, *O cortiço*, p.4.

economia nacional e a baixa classe média por explorar os pobres. Quando a Revolta da Armada chegou ao fim, em março de 1894, os insurgentes fugiram para dois navios portugueses que, por mero acaso, estavam fundeados na Baía de Guanabara. Quando o capitão do navio se recusou a entregar os rebeldes, o marechal Floriano Peixoto rompeu as relações diplomáticas com Portugal, aumentando ainda mais a ira dos imigrantes.

No imaginário popular, os imigrantes portugueses eram e ainda são associados à cidade do Rio de Janeiro. No entanto, muitos deles eram pequenos agricultores no Nordeste e operários nas fábricas do Centro-Sul. Como os demais imigrantes, eles militavam em movimentos trabalhistas, fazendo com que "portuga", um novo epíteto étnico, surgisse no século XIX. O jornal *O Jacobino* "não cessava de dardejar versões altamente preconceituosas da imagem tradicional do português como burros gananciosos, rudes, mas trabalhadores, que voltavam para Portugal carregados das riquezas desonestamente adquiridas no Brasil." Um editorial contava a história do desejo do Adão bíblico de falar com os animais. Adão pediu a Deus um intérprete e foi-lhe dado um português, "como o animal que mais se parece com os seres humanos".[24] Ainda hoje, as piadas mais contadas no Brasil ainda caçoam de portugueses. A moral da história é sempre que os problemas brasileiros resultam da colonização pelos portugueses, pior que a dos espanhóis, ingleses ou franceses.

Uma das reações ao sentimento antiportuguês foi o crescimento, a partir de fins do século XIX, das instituições luso-brasileiras que promoviam tradições como danças, fado e comida típica. Os cinemas anunciavam filmes enfatizando sua "lusitanidade", da mesma forma que usavam outros termos de identidade étnica quando se dirigiam a plateias italianas, judaicas ou japonesas. Um exemplo típico foi o panfleto anunciando o filme português *Os condenados*, que insistia em que os espectadores se lembrariam de por que "o amor era tão diferente em Portugal" ao assistir um "filme genuinamente

24 Hahner, Jacobinos *versus* Galegos: Urban Radicals *versus* Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v.18, n.2, maio 1976, p.125-54; trecho citado, p.134.

português"[25] (ver Figura 4.2. Um panfleto do Cinema Odeon de São Paulo). A relação especial entre Portugal e Brasil foi importante também na criação do "lusotropicalismo", desenvolvido pelo acadêmico brasileiro Gilberto Freyre na década de 1930. O lusotropicalismo baseava-se em grande medida na afirmação (hoje rejeitada por muitos) de que Portugal e Brasil eram parte de uma comunidade multicultural e multicontinental que ignorava as distinções de cor e era marcada pela miscigenação. Embora Freyre elogiasse o que ele via como os aspectos positivos de diferentes grupos raciais e étnicos, ele também acreditava firmemente nas hierarquias raciais. Em consequência, suas ideias assumiram importância central para os que simultaneamente acreditavam que a identidade nacional brasileira era não racista e também que ela precisava ser melhorada por meio da imigração.

A estreita, embora desconfortável relação entre etnicidade luso-brasileira e identidade nacional brasileira chegou até a década de 1960, quando o Brasil apoiou ardorosamente o colonialismo português na África. Então, em 1975, a ditadura brasileira, mudando sua política, tornou-se o primeiro governo a reconhecer o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) marxista. Três décadas mais tarde, quando uma guerra civil eclodiu em Angola, os brasileiros fizeram parte das missões de paz das Nações Unidas, e o Brasil aceitou mais de 2 mil refugiados.[26]

Mais recentemente, o português brasileiro tornou-se o padrão linguístico oficial para os falantes de português de todo o mundo. Em Portugal, os nativos queixam-se da perda de "sua" língua e da invasão dos produtos brasileiros, tanto culturais como materiais, consumidos no pequeno país europeu. Hoje, o preconceito antibrasileiro em Portugal é tão comum quanto o sentimento antiportuguês no Brasil.

25 Meus agradecimentos a Lena Suk por me ceder esse anúncio.

26 Dávila, *Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980*, p.244-5. Publicado em português como Dávila, *Hotel Trópico: Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*.

Empreza: Azevedo & Cia
São Paulo

CINE ODEON

R. Domingos de Moraes 121
121 Villa Marianna

Hoje – Atenção!! Hoje — 2 – Sessões -2 — Primeira Sessão ás 19:15 / Segunda Sessão ás 21:15

Apresentará um film que do perto fala á alma dos Portuguezes e Brasileiros

Um film que ninguém deve deixar de assistir, já porque constitue um formidável esforço feito por esta Empreza para bem servir os frequentadores deste Cinema

A FITA MAIS PORTUGUEZA ATÉ HOJE PRODUZIDA

O CONDEMNADO

Vinde consagrar o condemnado
aos europeos:
Drama em que se espelha a
"Vida Campezina de Portugal"

Uma linda historia de Amor! Belleza! Sentimento e Arte!

Como é diferente o Amor em Portugal...
Film Genuinamente Portuguez – Costumes, Trajes e
Danças regionaes – Musicas Portuguezas
UMA NOITE DE LUAR NO TEJO!

Vinde admirar O CONDEMNADO
aos Brasileiros:
Um prólogo, 7 actos e epilogo, extrahidos da celebre peça
com o mesmo nome, representada no Theatro Nacional
de Lisboa

Único trabalho em cinema da grande actriz VIRGÍNIA, da saudosa actriz Anna Pereira, do grande actor cômico do Theatro Nacional de Lisboa, Joaquim Costa, do pintor futurista Alma Negredos, da gentil actriz Maria Sampaio

Verdadeiro Acontecimento Cinematographico
O amor sentimento,
o amor delicadeza...!
Ai! como sabe amor
a gente portugueza...

Ao toque das Ave-Marias! – Maria do Rosario, a linda moça campezina, cobiçada por fidalgos e alfaiates – Condemnação de um innocente que um paquete leva para o degredo!

No decorrer deste esplendido film todo portuguez terá opportunidade de rever um canto da sua terra e um pouco dos seus usos e costumes. N'aquelle recanto da Europa terão todos os europeus, igualmente occasião de ver tudo o que ha de grande na arte, na historia e na architectura.

Perto longe em qualquer parte
Andas no meu coração
Tirei a sina de amar-te
a sina tinha razão

A imponente e tradicional Festa dos Tabuleiros

A fita mais Portugueza até hoje produzida

Preços das localidades:
Frizas... 8.3000 Cadeiras... 1.600
Preços das localidades
Camarotes... 7.300 Creanças... 800

Cooperação da fidalguia portugueza: Chico Redondo desempenhado o papel do taberneiro Zé Ripado

Aviso – Os Bilhetes acham-se á venda durante o dia no Escriptorio deste Cinema
Todos pois ao sempre querido Cine-Odeon

Figura 4.2. Um panfleto de 1923 do Cinema Odeon de São Paulo, dirigido aos imigrantes e suas famílias.

Fonte: Cine Caixa 14, Grupo Cinemas 24. Arquivo Nacional Histórico Municipal Washington Luís, 30 de janeiro de 1923. Processo n.2009-0.115.821-2. Cortesia de Lena Sulk.

Católicos inesperados: a imigração espanhola

Os imigrantes portugueses representavam a base colonial do Brasil, um desafio ao desejo dos proprietários de terras e dos políticos de usar imigrantes como mão de obra rural e um caso confuso de identidade racial. Ao mesmo tempo, eles, indiscutivelmente, foram peças-chave na construção da identidade nacional do Brasil pós-colonial. Os portugueses, entretanto, não foram os únicos imigrantes ibéricos a chegarem ao Brasil. Os espanhóis também vieram, embora não fizessem parte do plano de imigração, no sentido de que grande parte da elite acreditava, com boas razões, que a maioria deles se dirigiria à América Hispânica. A surpresa causada pela imigração espanhola para o Brasil fica evidente no uso brasileiro do termo "galego", como gíria para designar estrangeiros em geral, sem qualquer definição de nacionalidade específica. Esse termo, conforme usado na Espanha e na América Espanhola, tem significado bem diverso, sendo o gentílico para as pessoas nascidas na Galícia espanhola e a língua dessa região.

A experiência dos imigrantes espanhóis teve mais em comum com a dos italianos e japoneses que com a dos portugueses. Os espanhóis, além disso, eram menos visíveis que os grupos menores de japoneses, alemães e judeus europeus. De fato, o número de instituições étnicas espanholas era bastante reduzido. Altos índices de casamentos entre imigrantes espanhóis e brasileiros natos serviram para reforçar essa baixa visibilidade.

Como já vimos repetidamente, imigração e emigração são dois lados de uma mesma moeda. Entre 1882 e 1947, cerca de 5 milhões de pessoas emigraram da Espanha, com forte concentração no período de 1900-1924. Quase 4 milhões desses imigrantes acabaram retornando à Espanha, e o número dos que se fixaram nos novos países é de cerca de 750 mil para a Argentina, 300 mil para Cuba e outros 300 mil divididos igualmente entre Brasil e Estados Unidos. Os totais para a América Latina mostram que os maiores grupos se estabeleceram na Argentina (36%), em Cuba (25%) e no Brasil (12%) (ver Tabela 4.3 para os totais brutos).

Muitos espanhóis, em seu país, eram camponeses que viviam na pobreza, e as campanhas de propaganda agressiva conseguiram "vender" a eles o Brasil. Para os proprietários de minúsculos lotes de terra na Galícia, ou para os

meeiros da Andaluzia, todos eles passando por grandes dificuldades, o tom entusiástico da propaganda e a oferta de passagens gratuitas soavam muito atraentes. Os emigrantes espanhóis que escolheram o Brasil como destino eram mais pobres do que os que foram para outros países, e muitos deles vieram da região de Málaga, onde o Brasil, em 1896, montou um escritório de recrutamento de imigrantes.

Mais que os italianos ou portugueses, os recém-chegados da Espanha tendiam a ser agricultores experientes, e a esmagadora maioria deles se estabeleceu nas fazendas cafeeiras de São Paulo. De fato, entre 1904 e 1915, chegaram mais espanhóis que italianos, e dos mais de 100 mil que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes nesse período, 85% vieram com passagens subsidiadas. Eles eram principalmente agricultores, com uma baixa taxa de residência urbana comparável à dos japoneses e, ao longo da década de 1940, 90% deles se fixaram em áreas rurais. Da mesma forma que os imigrantes do Oriente Médio, grande parte dos espanhóis que vieram para o

Tabela 4.3. Imigração espanhola (totais brutos)

Datas	Brasil	Argentina	Estados Unidos
1871-1880	4.667	24.706	5.266
1881-1890	40.799	134.492	4.419
1891-1900	157.119	73.551	8.726
1901-1910	104.496	488.174	27.395
1911-1920	169.994	181.478	68.611
1921-1930	76.013	232.637	28.958
1931-1940	99.37	11.286	3.258
1941-1950	8.101	110.899	2.898
1951-1960	98.457	98.801	7.894
1961-1970	21.281	9.514	44.659
TOTAL	690.864	1.380.140	202.624

Fontes: Totais para o Brasil em Maria Stella Ferreira Levy, O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972), *Revista da Saúde Pública*, suplemento, v.8, p.49-90, 1974; Tabela 1 p.73-4. Totais para a Argentina em R. A. Gomez, Spanish Immigration to the United States, *The Americas*, v.19, n.1, jul. 1962, p.59-78, e Herbert Klein, *A imigração espanhola no Brasil*; Tabela 2.2, p.37. Totais para os Estados Unidos em *Historical Statistics of the United States Millennial Edition Online*, disponível em: http://hsus.cambridge.org/HSUSWeb/ table/continuedownload.do?id=Ad106–120&changeSeries=false&isTopmostOn=true.

Brasil acabaram por retornar a seu país de origem. E, como os imigrantes do Oriente Médio e os japoneses, os espanhóis se estabeleceram principalmente em São Paulo.

Os imigrantes espanhóis satisfaziam os requisitos das autoridades brasileiras porque, mais que os demais imigrantes europeus, eles tendiam a chegar como unidades familiares. O percentual das mulheres e crianças que chegaram ao Brasil foi maior que em qualquer outro país das Américas, o número de crianças menores de 14 anos sendo o dobro do total correspondente à Argentina.[27] Esses números elevados de famílias com crianças eram semelhantes aos verificados entre os imigrantes japoneses e os judeus da Europa e do Oriente Médio. Famílias significavam uma razão homem/mulher diferente da norma: os espanhóis tinham a razão homem/mulher mais baixa entre todos os principais grupos imigrantes, 112 homens para 110 mulheres (a média nacional para os imigrantes sendo de 122:100).

Os espanhóis que trabalhavam nos cafezais não tiveram mais sorte que os outros imigrantes que desconheciam as implicações dos contratos de trabalho que haviam assinado. Os poucos jornais em língua espanhola do Brasil da época traziam matérias sobre maus-tratos, relatos esses que acabavam por chegar à Espanha. Em 1909, o governo espanhol fez o inspetor Gamboa Navarro cruzar o Atlântico para avaliar a situação. Navarro, então, acompanhou um contingente de imigrantes vindos de Almeria em sua viagem de trem do porto de Santos à Hospedaria dos Imigrantes, e em seguida para as fazendas. Seu relatório foi extremamente negativo. O inspetor queixou-se de que os contratos assinados eram meramente "ilusórios", uma vez que não eram respeitados. Ele observou que os imigrantes viviam em casas minúsculas e dormiam no chão até terem tempo de colher palha de milho suficiente para servir de colchões. Os maus-tratos contra os imigrantes eram frequentes, e o inspetor documentou o assassinato de um trabalhador espanhol em uma fazenda de café, que não trouxe qualquer consequência para o proprietário.[28]

27 Klein, *A imigração espanhola no Brasil*, p.36-9.

28 González Martínez, O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: Fausto (org.), *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*, p.239-72; dado citado, p.253.

As experiências de Navarro foram incluídas em um longo relatório preparado pelo Conselho de Emigração Espanhol, que concluiu que 90% dos espanhóis que trabalhavam no Brasil voltariam à Espanha se pudessem. Após a publicação do relatório, começaram a surgir propostas de proibir a emigração subsidiada de espanhóis para o Brasil. A Itália e a Alemanha já haviam adotado políticas desse teor, e Portugal vinha sugerindo a seus emigrantes que escolhessem outros países que não o Brasil. Em 26 de agosto de 1910, o rei Alfonso XIII promulgou um decreto proibindo a emigração subsidiada para o Brasil.

Os espanhóis, assim como todos os outros imigrantes que trabalhavam nas fazendas, tentavam se livrar de seus contratos assim que possível. Alguns conseguiram comprar pequenas glebas de terra em áreas semiurbanizadas da zona cafeeira de São Paulo que, à medida que cresciam em tamanho e produtividade, passaram a concorrer com as fazendas estabelecidas. Em 1905, cerca de 1,1% das terras da região cafeeira do interior de São Paulo eram de propriedade de espanhóis, mas mais importante que seu tamanho era seu valor. Em 1920, o valor por hectare das terras pertencentes a espanhóis era superior ao das terras de italianos e japoneses e mais que o triplo das terras de brasileiros natos.

Os imigrantes espanhóis também se transferiram para as cidades, onde assumiram uma representação desproporcional nas posições de liderança dos movimentos socialistas e anarcossindicalistas. Um caso famoso é o do líder anarquista espanhol Manuel Campos. Sua ordem de deportação diz muito sobre a militância espanhola e sua falta de visibilidade. Em 1908, ele foi deportado como militante *português*, uma vez que, ao que parece, nunca ocorreu às autoridades que um imigrante espanhol pudesse se envolver em movimentos trabalhistas. Essa falta de percepção da polícia fez com que, sete anos mais tarde, quando Campos foi novamente expulso após voltar clandestinamente para o Brasil, "ele fosse novamente expulso, desta vez como espanhol!".[29] Os imigrantes espanhóis também se dedicaram a pequenos negócios urbanos. A partir da década de 1960, os restaurantes espa-

29 Maram, Labor and the Left in Brazil, 1890-1921: A Movement Aborted, *Hispanic American Historical Review*, v.57, n.2, may 1977, p.254-72; trecho citado, p.261.

nhóis, da mesma forma que os portugueses e japoneses, representavam um padrão de elegância, ao contrário das cantinas italianas, que se tornaram parte da vida das classes médias brasileiras.

Conclusão

As experiências dos imigrantes italianos, espanhóis e portugueses nos ajudam a entender as constantes mais amplas da experiência imigrante em terras brasileiras: maus-tratos e militância trabalhista, migrações do campo para a cidade, criação de novas identidades étnicas baseadas em uma valorização da branquidão e novas identidades nacionais brasileiras. Os europeus do Sul chegaram em imensas levas e trouxeram consigo ideias sobre modernidade, urbanização, trabalho, raça e etnicidade. Sua condição de europeus católicos os fazia parecerem desejáveis às elites, mesmo que os imigrantes reais muitas vezes desmentissem essa imagem.

Entrando hoje em uma das milhares de cantinas "italianas" existentes no Brasil, percebemos claramente até que ponto as identidades nacionais europeias são diferentes das identidades euro-brasileiras. Nada nesses restaurantes é italiano no sentido contemporâneo do termo, e comer em uma cantina não é a mesma coisa que fazer uma refeição na Itália. No entanto, tudo ali faz lembrar aos fregueses brasileiros o passado imigrante e a identidade nacional atual. As cantinas costumam ser decoradas com bandeiras e camisas de times de futebol. Em São Paulo, o time mais presente nas cantinas é o Palmeiras (antes Palestra Italia). Outras peças de decoração representam times de Veneza, Roma e Florença. Em conjunto, essas imagens criam ítalo-brasileiros e uma Itália no Brasil. Nada de parecido existe na Itália contemporânea real, onde a lealdade a um time de futebol é ligada a uma cidade, e onde seria uma traição torcer pelo Milan nas dependências de um restaurante romano.

No entanto, no Brasil como em outras partes do mundo, a imigração surte um impacto que vai muito além da geração que chegou do país estrangeiro. Foi assim com os imigrantes do Sul da Europa e com todos os "outros" que começaram a povoar o imaginário brasileiro a partir de fins do século XIX. Esses "outros" serão o tema dos dois próximos capítulos.

Apêndice

Documento 4.1
Relatório de um funcionário consular italiano após visita a um assentamento de imigrantes italianos na Bahia, 1907

De modo geral, os jovens alemães e ingleses são educados e dotados da preparação necessária para a migração. Eles se espalham pelo mundo em busca de novas vias por onde canalizar o comércio de seu país, criando novas fontes de prosperidade e riqueza. Os imigrantes italianos, por outro lado, vão indiferentemente para a América do Norte ou do Sul, para a Austrália ou o Egito. E vão sem apoio, sem ideias e sem meios.

Humildes por necessidade, tímidos por ignorância, impelidos unicamente pelo desejo de ganhar a vida, eles deixam de falar sua língua nativa e acabam por esquecê-la. Eles não se dão ao trabalho de fazer com que seus filhos aprendam [o italiano] e adotam facilmente os costumes locais, até mesmo os mais estranhos e anti-higiênicos. Mas isso em nada diminui suas preciosas qualidades de energia paciente, de resistência ao sofrimento físico causado por esses climas hostis. Essa emigração faz lembrar a forma com que as matérias-primas são exportadas antes de serem transformadas em novos produtos.

Os três ou quatro mil italianos espalhados pelo interior do estado da Bahia vivem em condições morais e intelectuais dessa natureza. Eles progridem sem ideais, raramente solicitam o auxílio do Consulado Real e estão, em grande medida, assimilados às populações locais em razão das uniões que formam com mulheres do lugar, o que ocorre com certa frequência.

Ante a essa situação, o trabalho de um Agente Consular é necessariamente limitado a tarefas puramente administrativas. Este autor tentou, em uma recepção oferecida com dispendiosa pompa pela Sociedade Beneficente Italiana da Bahia, convencer seus membros de que os gastos mais úteis e sagrados em que a sociedade poderia incorrer seriam a fundação de uma escola onde os filhos dos italianos aprendessem sua própria língua e pudessem se inspirar nas glórias da pátria. [Eu disse a eles] que levaria essa iniciativa à atenção do Governo Real a fim de obter algum tipo de auxílio. Mas minha proposta pareceu gerar espanto, mais que interesse, e minha insistência a nada levou.

Fonte: Itália. Commissariato generale dell'emmigrazione, *Emmigrazione e colonie*. Raccolta di rapporti dei RR. Agenti Diplomatici e Consolari. v.III. America, Parte I: Brasile, Roma: Cooperativo Tipografica Manuzio, 1908, p.15-6.

Documento 4.2
Registro de ocorrência policial sobre um choque violento entre um pedreiro brasileiro e um mascate italiano, 1895

Descrição do Acusado

Nome: Anastácio Cosme
Sexo: masculino
Residência: Tietê
Cor: negro
Alfabetização: sim
Idade: 21 anos
Nacionalidade: brasileira
Estado Civil: solteiro
Profissão: pedreiro
Tempo de residência em São Carlos: 12 ou 13 anos
Alcoolizado por ocasião do crime? não

Interrogatório do Acusado

Data: 30 de maio de 1895
Interrogador: Delegado Philippe Ladeira de Faria

[Anastácio Cosme] respondeu que hoje, às três horas da tarde, ele estava trabalhando na Rua Belém, quando dois mascates italianos queriam passar pelo lugar do serviço, disse ao primeiro que agora sabe chamar-se Jorge Muzzi, que não passasse por ali porque as pedras não estavam bem assentadas e podiam deslocar-se causando-lhes assim prejuízo. O italiano saiu para o meio da rua, virou-se para ele interrogado e perguntou-lhe se era Juiz de Direito. Respondeu-lhe o interrogado que não era Juiz de Direito, mas que ele não passasse porque desmancharia o serviço. O italiano disse então que o interrogado não era cristão e sim negro burro, que se o serviço fosse desmanchado ele que o fizesse de novo como sua obrigação, e que passaria pelo lugar não tendo medo de cem homens como o interrogado. Em seguida ameaçou o interrogado com um metro que trazia na mão e começou a descer os baús que trazia. Quando ele acabou de descarregar-se, o interrogado deu-lhe uma

pancada com a régua de que se servia, o italiano caiu, virou um pouco e ficou na posição de quem se achava sentado e dessa posição não saiu... Mais tarde apareceu uma pessoa dizendo que o italiano havia morrido... Anastácio Cosme se entregou à polícia. Ele disse que não tinha inimizade com o italiano, a quem só conhecia vagamente e, ao golpeá-lo, não tinha a intenção de matar, só de assustá-lo.

Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos, "Processos Criminais", caixa 286, número 37, 1895. Meus agradecimentos a Karl Monsma por me ceder o uso desse documento.